



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 24 de fevereiro e 03 de
março de 2017

N.º 1/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel de Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado e Paulo Rui Santos Reisinho Valdez.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro e Albérico Afonso Costa Alho.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição Afonso Augusto da Silva Luz, Nuno Miguel Batista Lopes, Nuno Filipe Cação Marques, Maria Lídia Soares Pinto e Mário Jorge Pereira Gamito Gomes, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedidos de substituição Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, Fernando Manuel Monteiro e José Manuel da Silva Lopes Pereira, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedidos de substituição, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e João Pedro Oliveira Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Reis Paulino Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Rui Miguel Costa Lamim Vieira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 5/2016 – Sessão Extraordinária realizada a 21/10/2016

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

N.º 6/2016 – Sessão Ordinária realizada a 25/11/2016

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Vamos ter um tempo constituído por 30 minutos na sua totalidade, que se destina à intervenção do público. Temos um cidadão inscrito para intervir. (conforme documento registado sob o n.º 17 e arquivado em pasta anexa à presente ata).

António Freitas – Trazem-me aqui, infelizmente vários assuntos e vou começar por aquele que mais me preocupa, que tem a ver com o incêndio na fábrica de enxofre ocorrida na semana passada. Aconteceu aquilo que não deveria ter acontecido. Não só a parte de monitorização ambiental estava devidamente funcional, como o ataque feito pelos nossos queridos e abnegados bombeiros, não foi a melhor estratégia. Não se ataca o enxofre com água, com certeza que levou água, porque estavam a sair gases pelas sargetas, o que me preocupa, porque foi enxofre com água parar ao Rio Sado ou para a ETAR de tratamento, que não consegue separar esse líquido e ainda lhes corrói os filtros. Lastimo que a Presidente da Câmara, infelizmente ausente desta sessão até agora, tenha dito na televisão, que a tragédia poderia ser maior. De facto, poderia ser maior, pela maneira como foi atacada.

Por informação da IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, devido aos cheiros pestilentos que nos debatemos em Azeitão, vindos do lado de Setúbal ou aos maus cheiros vindos da Quinta do Conde via Carmona, recebi um e-mail dizendo que a zona habitacional estava novamente debaixo de maus cheiros intensos.

Sou daqueles cidadãos que fui viver para Azeitão para estar longe do reboliço e da poluição da cidade e estou a chegar à conclusão que os meus filhos e os meus netos estão a viver em zonas ocasionalmente poluídas, zonas que não estão minimamente defendidas nem são devidamente bem atacadas num acidente, quando acontecem situações endógenas. São situações criadas na nossa Mitrena devido ao nosso desenvolvimento industrial.

A Rua da Salmoura, em Brejos de Azeitão, continua com o piso rapado por uma máquina, que já tapou o poço absorvente que a Câmara fez à entrada da minha quinta, por isso, quando

chove bastante, a água da rua entra para a minha quinta. Isto é tão anormal como é anormal que eu tenha pago todas as infraestruturas e todas as licenças à Câmara em 1999 e a situação da minha rua continua exatamente na mesma. Daquela habitação pago seiscentos e tal euros por ano, de IMI. Se tenho água foi porque paguei a instalação da água, os esgotos nem ver e asfaltamento nem se fala.

Quando fui procurar saber o que era o “GAF”, porque vejo que a minha junta de freguesia endossa muitas reclamações do ambiente para o “GAF”. Não sei se é gafe da minha parte ou se é gafe da página da internet da Câmara, não consigo detetar o que é o “GAF”. Espero que seja o Gabinete de Apoio às Freguesias ou um Gabinete de Ambiente. Espero que eles não comentam a gafe de mandar para a APA – Agência Portuguesa do Ambiente os problemas daquele ponto anterior que falei. Os erros detetados são de tal modo preocupantes que esta assembleia não deve empurrar para gabinetes e para instituições que estão aqui próximas, quando é preciso que se veja de outra maneira. Caso contrário a IGAMAOT responde-lhe como respondeu a nós, *“a SAPEC Agro, produtora de enxofre e pesticida para agricultura é protegida por uma licença ambiental que lhe permite as motorizações, uma vez por ano, duas vezes por ano ou uma vez de três em três anos, conforme o tipo de torres de observação”*. Isto está escrito por um despacho que me foi entregue e também foi dado conhecimento à Câmara e à Junta de Freguesia. Não podemos estar alicerçados de uma coisa tão perigosa e circunstancialmente tão trágica desta maneira.

Alguns dos meus vizinhos não pagam os impostos, há ilegais na minha rua e já alertei a Sra. Presidente, mas não se faz absolutamente nada. Poder-me-á dizer que ao pé do problema da SAPEC o meu caso é uma gota de água se tivermos que gastar dinheiro do erário público. Não é espalhar brita pela minha rua que as coisas se resolvem, porque depois vem a chuva e os buracos voltam-se a abrir. A rua já subiu 30cm desde que lá moro, à conta de pedra paga pelos contribuintes.

Queria fazer duas perguntas muito rápidas à Sra. Presidente da Câmara ou quem a representa, sobre as obras do Museu Sebastião da Gama. Provavelmente ir-me-á responder a Sra. Presidente da Junta de Freguesia que está aqui presente. Dá-me a ideia que essas obras estão paradas. Está prevista a data de inauguração da reabertura do Museu, que tanta falta nos faz? Analisando a reversão dos terrenos dos “Meninos de Ouro” para a Câmara de Setúbal, atendendo a que a Associação dos “Meninos de Ouro” não tinha feito o que estava previsto na escritura e a Câmara alienou os terrenos aos “Meninos de Ouro”. Gostaria de saber se há algum conflito.

De acordo com a ata de reversão e da carta da Associação “Meninos de Ouro”, após conhecimento do despacho da Câmara, tive conhecimento das intenções da Câmara ao fazer o que fez, mas sei também que foi contestado, ponto por ponto. Concordo que oito mil e tal metros é capaz de ser muito para os “Meninos de Ouro” e concordo que a Associação de Autistas venha a precisar de mais área do que os “Meninos de Ouro”. Se o Sr. Presidente quiser dar ao trabalho de ler, o que foi despachado pela Câmara e o que foi rebatido pela Associação, penso que no mínimo deveria de haver um consenso e uma reunião tripartida, entre a Câmara de Setúbal e essas duas Associações de utilidade pública que são bastante importantes, e resolveriam o problema daquele terreno.

Se for preciso cópia dos documentos posso disponibilizá-los, basta que me disponibilizem uma impressora ou mandá-los através de correio eletrónico.

Presidente da Mesa – Agradeço que deixe a documentação que ilustra a sua intervenção, para se poder fazer alguma coisa.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Carmina Ferreira (PS) – Recebemos há pouco, perto da hora de almoço uma quantidade considerável de documentação que temos vindo a solicitar há cerca de um ano, na sequência do pedido de aquisição de um milhão e seiscentos mil litros de combustível para esta autarquia. Como tal, não tivemos tempo de apreciar e gostaria que ficasse para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

Albérico Alho (BE) – Há cerca de um ano levantei uma questão relacionada com o passeio sul, da Rua Homem Miguel Sampaio e Melo. Na altura referi que esse passeio seria um dos mais degradados e mais perigosos da nossa cidade, pelo estado em que se encontrava. As raízes das árvores que o tinha destruído parcialmente, o abandono e a incúria tinham feito o resto, inclusive já vários dos nossos concidadãos tinham sido vítimas desse passeio, caindo e sendo maltratados. Há cerca de seis meses a Câmara Municipal interveio nesse passeio, cortando as árvores. Pensava que era um primeiro passo no sentido de resolver o problema, no entanto o problema não foi resolvido e agravou-se, porque no local onde as árvores tinham sido cortadas rebentaram de forma impetuosa vários arbustos, o que faz com que neste momento o passeio seja completamente intransitável. Apelava para que este problema fosse resolvido. Como estamos em ano eleitoral espero que esse problema tenha resolução ainda antes das eleições de outubro, para bem da qualidade de vida da nossa cidade.

No n.º 19, da Av. Manuel Maria Portela existe em estado de abandono, um pórtico pertencente à desaparecida Gafaria de Nossa Senhora da Saudade, era uma antiga gafaria ou leprosaria que albergava os setubalenses atingidos pela terrível e incurável doença que era a lepra. Este portal medieval é uma das relíquias da nossa arquitetura urbana e terá sido erigido no século XV, permanecendo até aos dias de hoje. Chamar a atenção de todos, que se trata de um monumento nacional, cuja classificação foi outorgada pelo Governo monárquico em 1910, pouco antes da revolução republicana. O Portal da Gafaria foi classificado como monumento nacional e publicado pelo Governo, em 23 de junho de 1910. Ilustra a importância que era atribuída a este monumento e certamente foram as elites setubalenses que permitiram que fosse reconhecida a importância deste património. Há que sublinhar, que não há muitos monumentos destes em Portugal com estas características, o que mostra que a sua singularidade deve ser um facto que nos leva a tê-lo em conta e a valorizá-lo, no entanto, a incúria dos homens levou a um estado de grande abandono e degradação desta peça arquitetónica, que continua a ter uma grande importância e relevância como património histórico e cultural da nossa cidade. Li nas redes sociais e no site da LASA um alerta, referindo que constaria que o Portal da Gafaria iria ser removido daquele espaço. Esta minha intervenção vai no sentido de pedir ao Sr. Vereador Manuel Pisco e ao Sr. Vereador da Cultura que também está presente, que aquiete os setubalenses, dizendo que não têm nada a temer sobre o futuro deste monumento, que está naquele local há mais de seiscentos anos e que pertence à nossa herança coletiva.

Não é a primeira vez que ocorrem na nossa cidade, infelizmente, situações semelhantes. Vou dar dois exemplos de situações anteriores, que me levam a estar preocupado. Qualquer das

situações não tem responsabilidade direta da vossa vereação, mas devemos conhecer o que aconteceu. Na Av. dos Combatentes existia uma lindíssima peça de mobiliário urbano, do século XVII, que era a Fonte de São Caetano. Nos anos quarenta, para ser construído um prédio na antiga Rua de São Caetano e para receber melhoramentos, a fonte foi deslocada. Acontece que peças dessa fonte já estiveram em vários locais de Setúbal, no Jardim do Bonfim, no Balneário Paula Borba e neste momento não sei onde é que se encontram. Não sei mesmo se algum dos Srs. Vereadores me pode dizer onde se encontra parte ou as partes desta peça tão importante da Fonte de São Caetano.

Houve uma outra situação mais recente que até lhe posso chamar crime e data dos anos oitenta, estou-me a referir a uma outra fonte, a Fonte Nova, que existe desde o século XVI, que no século XVIII foi reconstruída ao gosto neoclássico, com a forma que ainda hoje lhe reconhecemos. No ano de 1984 foi abalroada por um prédio de vários andares, que a deixou num estado lastimoso, em que ainda hoje se encontra.

São dois exemplos que devem ser evitados, o mesmo pode acontecer com o Portal da Gafaria, mas que eu espero não lhe venha a acontecer o mesmo. A Sra. Presidente não está presente, mas os Srs. Vereadores presentes terão a sensibilidade cultural que já demonstraram noutros momentos e não vão deixar que se faça um crime contra um dos mais importantes legados do período medieval setubalense.

Presidente da Mesa – Pessoalmente considero legítimas e pertinentes as suas preocupações e penso que é de dar uma solução e evitar o risco que muito do património corre.

A título de esclarecimento devo dizer, que já tenho sido abordado por outras pessoas, felizmente a preocupação não é só nossa e é mais generalizada. Havia quem sugerisse a construção ou a criação de uma réplica daquele lintel, que constituiu a frontaria da gafaria, para pôr a bom recato o original. Isto são coisas que se fazem em determinados lugares.

Albérico Alho (BE) – Até se podiam fazer porta-chaves, mas não seria a mesma coisa certamente. Estamos de acordo.

Manuel Fernandes (PS) – Trago uma questão para o executivo que nos parece pertinente, tendo em conta que o concelho de Setúbal é um dos concelhos do país com um maior número de bairros sociais. Não nos pode passar despercebido o programa apresentado no dia 17, pelo Sr. Ministro da Administração do Território, Planeamento e Infraestruturas, em que apresentou em conjunto com o Sr. Primeiro-ministro, um programa de requalificação dos bairros sociais. Foram disponibilizadas verbas para esse programa na ordem dos oitenta e dois milhões de euros, sendo que o programa poderá orçar até aos cento e quinze milhões de euros, tendo em conta a participação das entidades que se candidatarem para esse financiamento. O programa prevê a reabilitação de oito mil e quinhentos fogos de habitação social, que se estima que atinjam as cerca de vinte e cinco mil pessoas beneficiários.

A questão é muito clara. Vai a Câmara de Setúbal apresentar alguma proposta de candidatura, tendo como finalidade a requalificação dos bairros sociais existentes no nosso concelho? Vai a Câmara aproveitar esta oportunidade?

Se sim, gostaríamos de saber quais as prioridades do executivo relativo a esta matéria. Apesar de existir uma verba, não vai dar para tudo, tendo em conta algumas condições degradantes e estado avançado, que existem em algumas casas de habitação social.

Qual a verba que a Câmara tem disponível para esta matéria, se tal candidatura vier a ocorrer?

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Acabei de ter uma surpresa a semana passada, sobre a variante Alto da Guerra/Mitrena, quando de uma interpeleção ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na Assembleia da República. De acordo com o Ministro, o assunto da saída para as Praias do Sado não está resolvido, porque a Câmara Municipal de Setúbal não quer. Julgando saber a Junta de Freguesia do Sado, que a Câmara Municipal acompanhou e disponibilizou tecnicamente todo este processo, disponibilizou-se para fazer o realojamento caso houvesse essa necessidade.

Nesta mesma resposta do Ministro aos Deputados do PCP, o Politécnico era um impedimento. Estando o Politécnico dentro dos terrenos do IHRU – Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, onde é que a Câmara Municipal tem uma intervenção direta sobre estes terrenos?

A minha pergunta vai diretamente para o município. O que é que o executivo tem de conhecimento sobre esta matéria?

A Junta de Freguesia do Sado e a população em geral quer ver esclarecida esta situação. Alguém está aqui a faltar à verdade. É muito desagradável tentar “chutar para canto” uma responsabilidade que lhes está atribuída.

Outra questão que nos preocupa tem a ver com o incêndio de enxofre na SAPEC, que nós acompanhámos à medida daquilo que nos foi permitido. Ficámos muito preocupados com a questão da Mitrena, que se localiza na Freguesia do Sado e é a mais industrializada do concelho. Sabemos que a proteção civil e o plano de socorro para a Mitrena está em andamento e está a ser acompanhado pela equipa de Proteção Civil Municipal e pelos nossos Bombeiros Sapadores. Este acidente ocorreu muito próximo da localidade de Praias do Sado e tendo em conta toda esta poluição, é preciso que as empresas disponibilizem mais informação às populações, para que perante estas situações concretas saibam como reagir. Estive no terreno e não me apercebi de nenhum pânico, no entanto, as preocupações são imensas tendo em conta os efeitos colaterais do próprio incêndio, por isso é preciso que a Câmara Municipal nos faça chegar o relatório das causas, das intervenções de prevenção e de recuperação daquilo que foi danificado. Fazer um acompanhamento junto da população por parte do Ministério da Saúde e um acompanhamento em relação ao centro de Saúde de Santo Ovídio nesta matéria.

A Freguesia do Sado não pode ser o caixote do lixo, quer do concelho quer de âmbito nacional. A tentativa de colocarem a incineradora, a tentativa de colocarem um aterro de lixos industriais perigosos, a tentativa da transferência da empresa Carmona. Não admitimos e não queremos ser o local onde seja depositado o lixo, queremos viver condignamente, com os problemas que nos são inerentes, mas não aceitamos que façamos da Freguesia do Sado o caixote do lixo.

No plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, com a tentativa de redução de dezenas de agências, está previsto o encerramento da agência do Faralhão até ao final de 31 de março. É mais uma das ações que estamos habituados e quem paga sempre é o povo. Não aceitamos de maneira alguma que esta medida venha a ser implementada e responsabilizamos o Governo, responsabilizamos a Caixa Geral de Depósitos por tão abrupta decisão. Ainda não temos oficialmente esta confirmação, mas tenho a certeza que esta é a vontade e aquilo que está neste momento a ser planeado. Não muito longe daqui, está a agência de Canha que terá o mesmo andamento. Os Fregueses de Canha que se juntem a nós nesta luta, porque nós vamos lutar para que a agência da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão não encerre as suas portas. Trata-se de uma agência com capacidade de realizar negócio e com uma situação financeira sem qualquer prejuízo, com uma carteira de clientes razoável, na ordem dos quatro mil, que serve a população de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e vai até Alcácer do Sal. Esta agência tem uma grande importância para o desenvolvimento daquela freguesia, que é a mais

industrializada do concelho, com muitas empresas, com muitas micro e pequenas empresas e comércio em geral. Com a ausência de transportes e pela distância em si, como é que os nossos idosos, que não estão habituados a lidar com a informática, podem tratar das suas reformas e dos seus movimentos bancários?

Apelo a que esta Assembleia tome posição, quando assim for chamada a isso, na defesa da agência da Caixa Geral de Depósitos do Faralhão, ao serviço desta população. Não pode ser uma empresa de capitais públicos e ignorar aqueles que estão a financiar a própria Caixa Geral de Depósitos. O Povo não pode estar a financiá-la e agora viram as costas ao povo. É mais uma “machadada” que tentam dar naquela freguesia, talvez para justificarem aquilo que é injustificável.

Henrique Guerreiro (BE) – Os dois aspetos que queria partilhar convosco acabaram de ser referidos. Gostaria de reforçar as duas questões que foram levantadas e de manifestar profunda solidariedade, acompanhando na íntegra a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Sado. Há parangonas que são utilizadas na política como a “Solidariedade Territorial”, “Continuidade Territorial”, mas aquilo que nos disse o Presidente da Junta de Freguesia do Sado não peca por excesso, peca por defeito. Não é só o retirarem a Caixa Geral de Depósitos, mas é o facto daquele espaço do nosso concelho, ter sido escolhido desde há muitas décadas, como um gigantesco local onde tudo é permitido fazer, para desconforto e para diminuição da qualidade de vida das pessoas. As fontes de poluição têm sido imensas, este desastre na SAPEC é apenas um episódio dramático e deve merecer da nossa parte, não um acompanhamento exclusivamente no momento de ocorrência destes desastres, mas ao nível do planeamento, ao nível da decisão política, ao nível da qualificação do território, através de equipamentos de qualidade que deem conforto e tornem a Freguesia do Sado como um local aprazível.

Ao longo destes dias, depois do acidente da SAPEC, assistimos a inúmeras informações, algumas contraditórias. Recordar que a Sra. Presidente da Câmara (se a notícia estiver errada é favor de me desmentir) afirmava que o alarmismo em Setúbal tinha sido exacerbado, quando se referia ao encerramento de estabelecimentos de ensino. Sabemos através do mesmo jornal que a água usada no combate ao incêndio pode ter arrastado resíduos de enxofre para as zonas agrícolas, para zonas de aquacultura e para zonas balneares. Parece que havia uma máquina que deveria monitorar os poluentes que estaria avariada. Sabemos apenas que a meteorologia nos ajudou para que a tragédia não fosse maior e sabemos todos que os danos provocados por este acidente, ainda hoje não são conhecidos. Sei que a Administração do Porto de Setúbal está a tentar fazer um levantamento das áreas da sua jurisdição, que possam ter sido contaminadas pelo incêndio ou pela extinção do incêndio no arrastamento de águas.

A Câmara Municipal de Setúbal, hoje, acha que o alarmismo não é exacerbado?

Há reais razões (a precaução obriga a todos, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal) para continuar a acompanhar este tema, porque é verdadeiramente preocupante. Não vale a pena fazer demagogia, nem referirmos os acidentes do ponto de vista ecológico, que conhecemos nesta Europa e no mundo e as consequências posteriores muitos anos depois. É de precaução que estamos a falar e não podemos ser coniventes com uma situação que pode ainda trazer problemas.

A pergunta objetiva é: como é que a Câmara Municipal está a proceder?

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntava-lhe se não seria de convocar uma reunião especial da Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território, para ver como é que a Assembleia pode acompanhar e pode ajudar nesse acompanhamento e no apoio que é necessário dar aos autarcas da Freguesia do Sado.

A segunda questão que pretendo referir, já foi aqui abordada por um Deputado do Partido Socialista e tem a ver com os fundos europeus disponíveis para a reabilitação de bairros sociais. Penso que as candidaturas são até outubro, seguramente que a Câmara Municipal irá alocar verbas naquilo que será a sua participação. A Câmara tem intervindo no exterior de alguns bairros sociais através de rebocos, pinturas e algumas coberturas. Todos sabemos que Setúbal tem muitos bairros sociais, é uma tarefa seguramente pesada para qualquer município, mas é o município que é proprietário desses edifícios e é ao município que compete a recuperação, mesmo no interior dessas habitações.

A Câmara está a trabalhar numa candidatura nesse sentido?

Qual é a extensão de obras que se candidatam a estes fundos?

Manuel Esteves (PS) – Quero dar a minha solidariedade, em particular, a todas aquelas intervenções que foram feitas aqui sobre o meio ambiente e sobre o problema que todos atravessámos, tanto em Setúbal como em Azeitão.

Quero em particular dar relevo, não sendo só como azeitonense, à intervenção do município que mora na minha terra, do qual eu sou conhecedor. Quero-lhe dar toda a minha solidariedade e conhecimento. Reconhecer que esse problema já tem há mais de vinte anos para ser tratado, principalmente na Salmoura, assim como em Vale Florete. Já foi aqui focado por vários elementos, que vieram fazer as suas reclamações (e nós também a tentar ajudar nesse sentido), mas na verdade tanto em Vale Florete como na Salmoura as infraestruturas continuam todas tal e qual como estavam e o certo é que nós todos os anos pagamos o IMI e não é nada barato, porque somos numa zona em que somos muito castigados, nessa zona privilegiada (segundo eles dizem).

Queria falar de uma situação, que já tenho vindo a reclamar, coisas que são simbólicas, mas parece que custa muito a fazer. Vou referenciar duas ou três, sendo que uma delas para mim tem muito significado, assim como para aquelas pessoas que moram em Vendas de Azeitão, que é uma simples placa sinalética a dizer: “Vendas 1Km”. Tenho fotografias que há cem anos já existia uma placa dessas, já houve mais três ou quatro que desapareceram de lá. Tenho vindo aqui repetidamente durante este mandato, pedir o favor de colocarem a placa, quer à Estradas de Portugal, à Junta de Freguesia ou à Câmara (se quiser dar uma ajuda) e ainda continua sem essa placa. Quem vai de Setúbal para Azeitão, não conhece onde fica Vendas de Azeitão, só aqueles que já lá moram, como nós, há uma data de anos.

Foi-me prometido, que esse tal espelho, que tenho andado a reclamar, para o cruzamento da Rua dos Trabalhadores Setubalense com a Rua do Olivalinho, mas até agora não colocaram e como já estamos no final deste mandato de quatro anos, queria ver se era desta vez que esse espelho iria aparecer, porque faz muita falta, principalmente a mim e a todos aqueles que circulam naquela estrada.

Também me foi prometido, aquele célebre passeio entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão, para todos os que vão ao Pingo Doce. Aquilo cada vez está pior e cada vez são mais as pessoas a passar por ali, mas não se vê início nem se sabe quando vão começar as obras. Tanto quanto sei, a Sra. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da Junta têm feito algumas *démarches* nesse sentido. Gostava de saber se isto já está em andamento ou se tem algum entrave ou se nós poderemos tentar ajudar para desbloquear.

O município de Azeitão falou do reverso dos terrenos, que já foram dados a uma instituição de utilidade pública, também ao Juventude Azeitonense aconteceu o mesmo. Relativamente ao terreno que foi dado ao Juventude Azeitonense, o Sr. Vereador Pedro Pina empenhou-se para reaver o terreno, no entanto, foi-nos prometido que haveria um grande desenvolvimento desportivo, um grande campo de Padel e instalações para os praticantes de BTT, para fazerem

as lavagens das bicicletas e tomar banho. Gostava de saber se isto foi só na intenção de reaver os terrenos ao Juventude Azeitonense ou se o projeto está em andamento?

Tive conhecimento que o Forte de S. Filipe vai abrir. Espero bem que seja ainda este ano, porque foi uma das coisas que nós também nos temos debatido. É um desperdício um privilégio desta cidade estar naquelas condições. Fico muito satisfeito.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) –

Falar um pouco sobre as preocupações da Junta sobre o incêndio que deflagrou, na semana passada, na SAPEC. A população do Alto da Guerra esteve exposta, na parte da manhã, a intenso nevoeiro provocado por aquele incêndio e os gases tóxicos eram muitos. Julgamos que a maneira como foi conduzida e as instruções que foram dadas à população não foram as melhores. Na quarta-feira as escolas funcionaram e na quinta-feira já não funcionaram, julgamos que não deveriam ter funcionado logo na quarta-feira enquanto a situação não estivesse normalizada.

Em relação ao incêndio, da maneira como deflagrou e onde deflagrou é caso para fazer a seguinte pergunta: onde é que anda o ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho?

Aqueles armazéns onde deflagrou aquele incêndio, que por acaso conheço devido há minha atividade profissional, não tinham condições para estarem em funcionamento, porque estavam “podres de maduro”, no entanto, estão a armazenar produtos altamente tóxicos, como é o enxofre. O ACT deve de andar um pouco distraído por aquelas bandas, mas quando visitam as pequenas e microempresas têm “mão pesada”, enquanto ali, pactuaram com aquelas instalações, que não lembra ao “diabo”, ainda estarem em funcionamento.

Outra questão que me preocupa e por isso estou solidário com o Presidente da Junta de Freguesia do Sado, é em relação ao possível encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão. Aquela agência também serve os fregueses da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, é a agência que está mais próximo das duas freguesias. Se for verdade o seu encerramento, mais uma vez os fregueses quer do Sado quer da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra irão ser prejudicados. Estaremos disponíveis para tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, recorrendo às instâncias a quem de direito, para impedir o encerramento desta dependência bancária. Não são estas dependências, que servem o povo, que dão prejuízo à Caixa Geral de Depósitos, mas sim os serviços de manutenção, para limpeza dos edifícios luxuosos que esta entidade bancária ostenta.

A ser verdade este encerramento, a Junta de Freguesia da Gâmbia e a Junta de Freguesia do Sado irão ficar mais pobres.

Carlos Batista (PS) – Quero-me solidarizar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado e não seria mau de todo, apresentar uma moção de repúdio pelo encerramento das instalações da Caixa Geral de Depósitos. Talvez ficasse mais vincado nesta Assembleia fazer esse repúdio através de uma moção. Isto é um problema vosso e nosso, porque a Caixa Geral de Depósitos é exatamente, como disse e bem, para servir os portugueses. Não é só estarmos disponíveis para financiar e depois no retorno praticamente não vimos rigorosamente coisa nenhuma. É uma sugestão que faço.

Queria saber como se encontram os trabalhos de recuperação da Capela de Nossa Senhora da Piedade, do cemitério de Nossa Senhora da Piedade. Tenho feito várias perguntas nesta Assembleia e a última foi feita em fevereiro de 2016 e já passou um ano. Gostaria de saber se esta obra é concluída antes do final do mandato? Seria bom e tenho esperança que isso possa vir a acontecer. Relembro que é uma obra no valor de cento e dezasseis mil euros, ainda tem algum peso e já vem desde 2011, já estamos em 2017. Certamente que o executivo vai-nos dar essa prenda antes do final do seu mandato.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – A Estrada Nacional 379, ao longo de Vendas de Azeitão, tem as tampas de saneamento levantadas e sem asfalto à volta. Já enviámos para a Estradas de Portugal e para a Câmara o pedido, mas o problema mantém-se. Além de constituir um perigo para os carros, durante a noite os moradores não conseguem dormir, conforme os carros passam por cima daquelas tampas de esgoto. É necessário haver uma intervenção forte da Câmara junto da Estradas de Portugal, no sentido de resolver aquela questão.

Também já aqui levantei duas vezes a questão das bermas da Estrada Nacional 10, ao longo da Quinta das Torres, continua tudo tal e qual, caiu o muro com o corte das árvores que fizeram dentro da quinta e a Estradas de Portugal não obrigam os proprietários a reparar o muro nem o reparam, ficando as bermas cheias de entulho.

Chamar a atenção para o facto das empresas de comunicações, que têm andado a operar em Azeitão e noutras freguesias, deixam as cabelagens velhas penduradas nos postes e não as cortam. Tem que haver mais atenção por parte da Câmara no sentido de os obrigar a levar aquilo que já não serve, em vez deixá-los pendurados, que mais parecem árvores de Natal com fios pretos.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Manuel Esteves, algumas responderá a Câmara. Não sei se a Câmara recebeu esta semana os espelhos, porque ainda não nos entregou. Quanto à placa de “Vendas” foram a Estradas de Portugal que o retiraram, nesse sentido contactei a Estradas de Portugal, que me informaram que iriam colocar a placa. Garanto-lhe a placa irá ser colocada a indicar a nossa bela aldeia.

Relativamente ao freguês de Azeitão que veio intervir, o Sr. Vereador Manuel Pisco responder-lhe-á às questões sobre a Salmoura e às outras questões.

A junta de freguesia, tal como todas as juntas de freguesia, encaminha todas as reclamações dos municípios para o GAF – Gabinete de Apoio às Freguesias, que existe neste edifício.

Jerónimo Lopes (CDU) – Vou fazer uma intervenção sobre questões de desporto, ainda no rescaldo de “Setúbal Cidade Europeia do Desporto de 2016”.

A 17 de Dezembro passado, a já tradicional corrida de São Silvestre do Sado, encerrou o programa desportivo de Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016. Seguiu-se a devida gala de encerramento que culminou, em festa, o sucesso de um ano desportivo sem precedentes, com a realização de mais de 300 eventos, onde marcaram presença mais de 300 mil pessoas.

Em sucesso, que só o esforço e o mérito produzem, com a competição sadia a dirigir a vontade e o crer dos participantes, os números do êxito desportivo não enganam. Um total de 309 eventos de 52 modalidades, algumas de realização inédita no concelho, em 65 equipamentos e espaços desportivos ao longo de 225 dias de atividades. Foram 92 eventos de dimensão local, 18 regional e 48 distrital, assim como 124 de montra nacional e 27 internacional, distribuídos pelas áreas programáticas “Eventos Desportivos”, “Desporto para Todos”, “Conhecimento e Qualificação” e “Desporto e Cultura”.

Intenso, eclético, dinâmico, com todos e para todos. Assim foi Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016. Foram 12 meses de atividade desportiva, com momentos inesquecíveis que marcaram gerações. O concelho de Setúbal pulsou mais forte. Setúbal inspirou e incluiu, ensinou e transpirou.

De janeiro a dezembro, sem pausas nem interrupções. O ano desportivo impulsionado pelo título europeu atribuído pela ACES Europe – Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto, mostrou, ao país e ao mundo, uma cidade cosmopolita e de portas abertas.

Este êxito, que muito nos orgulha e que transcende o próprio Município, constitui feito meritório e exemplar que envolveu a participação de milhares de atletas e simples

desportistas, com o apoio e o empenho de centenas de voluntários, de dirigentes associativos e que teve na população o motor do sucesso. Para tudo isto contribuiu, de forma inequívoca, o forte movimento associativo que impregna o tecido social setubalense, coletividades que estruturam o desporto de rua, de bairro, agregações populares que têm sido o berço de alguns dos nossos melhores atletas nascidos para o mundo da alta competição.

Os elogios a Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016 foram partilhados pelo conjunto de instituições, entidades e personalidades tocadas pelos eventos realizados. ACES, Governo, Federações, Associações e demais agentes desportivos são unânimes na consideração de que Setúbal cumpriu com distinção a missão que se propôs, sabendo interpretar na plenitude aquela que é a verdadeira essência do desporto.

Assim, queremos com esta declaração assinalar o papel dos órgãos autárquicos envolvidos em tão vastas realizações, do Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal, bem como dos seus trabalhadores, das coletividades, associações e clubes, destacando os 355 voluntários que com o seu apoio ofereceram milhares de horas da sua vida para a realização destes eventos.

Tudo o que se passou ao longo deste ano não será apenas arquivo da memória. Registámos as palavras da Sra. Presidente da Câmara de que *“Se fizemos bem podemos fazer melhor. As sementes de um desporto cada vez mais universal estão presentes nos planos desta Autarquia. Porque mais desporto, desporto para todos, é melhor saúde e mais qualidade de vida”*.

Temos, para discussão nesta sessão da Assembleia Municipal de Setúbal, a criação do Conselho Municipal do Desporto. Estão já agendados um conjunto de eventos desportivos que asseguram a continuidade e desenvolvimento do que foi feito em 2016.

Todos concordaremos que terminada aquela etapa, outra se inicia. Voltando às palavras proferidas pela Sra. Presidente *“O exemplo que demos com esta realização será incentivo para as boas práticas desportivas. É o futuro que nasce em cada dia, feito de compromissos que assumimos e que vamos cumprindo sem desistência”*.

Rui Vieira (PSD/CDS) – Falar um pouco acerca do indicador e do portal da transparência municipal. Isto foi uma iniciativa do Governo português e foi criado com o propósito de promover a transparência e de ser um contributo para uma melhor gestão municipal, ao analisar mais de cem indicadores sobre a informação que os municípios disponibilizam publicamente. O acesso da informação simples aos cidadãos é uma característica dos dias de hoje, que ninguém se pode furtar. Lamentavelmente este município classificou-se neste indicador no lugar n.º 258, em 308 municípios. Não é de todo um motivo de orgulho, é sem dúvida um motivo de reflexão, porque os dias de hoje exigem transparência, exigem capacidade de comunicação, exigem disponibilização de informação pública aos cidadãos.

Esperemos que tal não se repita para o ano.

Luis Custódio (CDU) – Solicitar à Câmara Municipal, mais uma vez, que possa intervir junto das Estradas de Portugal, para que requalifiquem a ilha junto à rotunda no Alto da Guerra. Não faz sentido terem requalificado a rotunda há mais de um ano e deixarem ilha por requalificar.

Enaltecer o trabalho da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra pelo melhoramento dos acessos na zona do Intermarché, com a criação de passeio e embelezamento, que bastante beneficia aquela entrada na cidade. No entanto, deixar um reparo que é muito importante. No sentido Alto da Guerra/Setúbal, no sítio onde está o abrigo de passageiros e no rebaixamento do lancil, foi utilizado um material tipo alcatrão fresado, aquele espaço deveria levar pavimento em pavê ou calçada, porque não é muito fácil circular uma pessoa com dificuldade reduzida ou para quem transporte um bebé no respetivo carrinho.

Quando surgimos do lado de Poçoilos, para entrar na Av. José Saramago se estivermos encostados no lado direito, como quem entra na via rápida para a autoestrada, debatemos em frente com pinturas no chão e se a GNR estiver no local, certamente que irá tirar pontos na carta e não há necessidade disso. Basta retirar aquelas pinturas do chão, porque quem entra, entra e quem não entra vai em frente para a rotunda.

Tive conhecimento esta semana que há interesse de outra empresa ficar com a concessão na zona do Pontal de Muge em Gâmbia para a produção das ostras. Ficamos espantados, quando dessa empresa faz parte um anterior sócio da atual concessionária “Exporsado”. Sabendo esta pessoa, das dificuldades que existiram para se aprovar aquela concessão, aproveitou-se do trabalho feito pela Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, no melhoramento dos acessos. Agora pretendem apoderar-se de um espaço que é visitado por milhares de pessoas, principalmente no Verão. Sendo tradição na sexta-feira Santa a utilização daquele espaço, que chega a juntar mais de mil e quinhentas pessoas, vem agora a empresa querer ficar precisamente com aquela zona frontal, mas a população da Gâmbia é contra. Não somos contra a instalação da empresa ou que se instalem muitas mais empresas no Sado, porque o Sado é muito grande e nós precisamos de riqueza e precisamos de empresas, só não queremos que seja naquele sítio. Basta que se desviem 150 m para um dos lados e não haverá problemas para a população que utiliza aquele espaço. Por este motivo faço um apelo à Câmara que garanta no futuro, que naquele espaço não possa haver concessões para a produção de ostra ou outro bivalve. A população sente que querem fazer do Pontal da Muge o mesmo que se fez alguns anos com Troia, tiraram Troia aos setubalenses e mandaram para o outro lado. O Pontal de Muge é uma das zonas bastante bonitas do nosso concelho e da nossa região, aquele investimento público foi feito, sabendo que grande parte das famílias tinham dificuldade em pagar os bilhetes dos barcos para Troia ou irem para a Figueirinha. Mesmo não sendo praia e tendo areia, aquele espaço permite à população passar o dia na apanha do marisco, fazerem almoços em grupo e tendo espaço suficiente para as crianças brincarem em segurança. Não temos nada contra a produção das ostras, venham muitas empresas, porque as ostras que se criam no rio Sado, são de muito boa qualidade, mas deixem ficar aquele espaço com cerca de 150m de frente, que não é nada por aí além, mas é aquilo que neste momento querem ocupar.

b) Intervenção do Executivo

Vereador Manuel Pisco Lopes – Começar pelas questões colocadas pelo Sr. António Freitas, como cidadão preocupado pelo acidente na SAPEC. Temos as nossas opiniões do que deveria ser feito e não deveria ser feito, se fizeram asneira ou se não fizeram asneira. O executivo não se vai pôr a criticar, não sendo da sua especialidade nem tendo especialistas, o que é que a Proteção Civil fez bem e o que fez mal, o que é que as entidades que têm as competências nessa área do controlo ambiental fizeram bem ou mal. Sabendo-se que estão a ser feito os respetivos inquéritos e os respetivos relatórios não de aparecer. A nossa opinião pode ser muito acertada com os factos, mas também pode ser muito distante. O certo é que a preocupação tem razão de ser para Setúbal, para a Freguesia do Sado, para a Freguesia da Gâmbia e para a população em geral. Certo é que Setúbal tem uma situação de implantação industrial de risco, a qual tem alimentado o emprego nesta cidade e neste concelho há muitas décadas. Industrias tradicionais como é o caso da SAPEC, industrias que nunca são contestadas até surgir uma desgraça. Quando o azar aparece é fácil acusarmos todos uns aos outros, de que ninguém se lembrou, ninguém previu, ninguém cuidou. Há muitas indústrias, as chamadas “Indústrias de Seveso” que estão com medidas de proteção especial, porque têm risco especial e têm medidas de proteção decorrentes de uma diretiva comunitária, que é a

“Diretiva de Seveso”. Temos uma concentração grande na Península da Mitrena e no Outão a Secil, que tem a mesma classificação. Temos indústria química, tínhamos muita indústria metalomecânica e temos situação de risco. A Proteção Civil tem um especial cuidado com aquela zona, onde são feitos exercícios permanentes, o que não significa que devemos de exigir um plano especial de prevenção. Há uma forma de acentuar as medidas especiais com essa “Diretiva de Seveso”, que em Portugal já é aplicada há muitos anos. Os acidentes ocorrem de tempo a tempo e na Mitrena, a Freguesia do Sado, a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e toda aquela zona tem um grau de risco mais elevado, porque é lá que se encontram as indústrias de risco, que têm dado muito emprego, que muitas das vezes evocamos como contributo de uma parte do elevado produto interno bruto do país, que é produzido em Setúbal. Uma coisa são questões de segurança, e aí temos que tentar fazer o máximo para a prevenção e para que a nossa Proteção Civil atue. Podia ser pior, podia ser melhor, estas coisas que se dizem caem sempre bem ou caem sempre mal. Provavelmente esta afirmação tem razão de ser, por termos uma Companhia de Sapadores de Bombeiros que é talvez a única do país, das cinco Câmaras que têm Companhias Sapadores de Bombeiros, com uma unidade especial de combate a acidentes químicos e foi essa unidade que provavelmente impediu outras consequências. Com água ou sem água, não sei se o Senhor viu, se estava lá ou se alguém viu fazer essa asneira de começar a deitar água para cima daquilo. O incêndio foi inicialmente combatido com a espuma química adequada àquele produto, pela nossa unidade de combate a acidentes químicos e deu um bom contributo para que o desfecho não fosse pior. A questão dos alarmismos ou não alarmismos está relacionado com o dia, com a intensidade de produção de fumos que estavam a correr para norte. Tudo isto foi acompanhado pela Agência Portuguesa do Ambiente, pelas estações de monitorização da qualidade do ar e cumpriram-se as recomendações da Proteção Civil e da Direção Geral de Saúde. Essa recomendação resultou apenas num pico de índice, de uma medição feita na Estação do Quebedo. Felizmente que em termos de condições atmosféricas houve alguma sorte, na madrugada de quarta-feira para quinta-feira mudou o vento e a língua de fumo dirigiu-se para o mar, aliviando um pouco as zonas habitadas. No primeiro dia talvez se justificasse mais uma paragem das escolas, um resguardo maior. Antes de sair o comunicado com as recomendações da Direção Geral de Saúde, que a Câmara cumpriu de imediato, já tinham avisado as escolas para que encerrassem, tendo um especial cuidado com crianças, idosos e pessoas com infeções respiratórias. Significa que houve monitorização do ocorrido, bem como o cumprimento das medidas de prevenção, que foram determinadas com alguma antecedência.

Quanto à Salmoura, a questão é recorrentemente colocada e é recorrentemente respondida. As populações que na altura pagaram os seus impostos, ainda não têm as estradas em condições, mas uns pagaram e outros não pagaram. Estamos a falar de uma zona de construção clandestina. Felizmente parece que no caso da Salmoura vai ter alguma sorte, porque está incluído no Plano de Pormenor da Coca-Cola, que vai incluir a requalificação dessa rua e não vai faltar muito tempo.

Quanto ao Museu Sebastião da Gama, as obras estiveram paradas durante algum tempo, houve problemas com o empreiteiro, houve uma paragem, mas já retomaram.

Quanto à Associação “Meninos de Ouro”, apesar da reversão e da reação da associação houve permuta de um terreno, que comprovadamente não necessitavam, estando todas as entidades envolvidas de acordo com a Câmara. Se quiser uma explicação pormenorizada, o Sr. Vereador Pedro Pina que acompanhou a para e passo, poderá dar-lhe uma explicação sobre esse processo.

Relativamente ao passeio da Rua Miguel Homem Sampaio e Melo, o Deputado Albérico Alho tem razão. A Câmara em conjunto com a Junta lançou a empreitada, para acabar com aquilo de vez e pôr tudo em condições.

Quanto ao Portal da Gafaria “não há fumo sem fogo”. O proprietário vai demolir o prédio que está em risco de queda, segundo as instruções da Direção Geral do Património, é preciso salvar o Portal da Gafaria, só se pode salvá-lo desmontando, porque o prédio vai ruir. Vai-se fazer uma operação de desmontagem para preservar o Portal da Gafaria, se ele vai ser possível remontá-lo no mesmo local ou não, ainda é cedo para saber.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Manuel Fernandes relativamente aos bairros sociais, é muito bem colocada. Finalmente que há um apoio do Governo em relação à reabilitação de bairros sociais, que é coisa que reclamamos há 16 anos. Nunca em Setúbal se fez tanto pela requalificação dos bairros sociais, como se fez nos últimos 5 ou 6 anos, a pulso e sobretudo com a ajuda dos moradores.

O que temos feito com o programa “Nosso Bairro Nossa Cidade” foi por falta de qualquer apoio ou qualquer programa de financiamento para recuperação de habitações sociais, a pulso e com a colaboração dos moradores. Isto é um trabalho social interessantíssimo, com a participação das pessoas, na requalificação do seu próprio espaço, na ressocialização das gentes dos bairros da Bela Vista, do Bairro Azul, de bairros que nós estávamos habituados a aceitar como os ostracizados da cidade. O trabalho mais importante que se tem feito com este programa não é a pintura das fachadas, o trabalho nos átrios ou a requalificação dos espaços comuns, mas sim o trabalho social de reinserção, de reintegração social daquelas pessoas e de reconquista de cidadania para aquelas famílias.

Os bairros sociais foram entregues à Câmara e durante 10 anos, o que é que se fez?

A Câmara fez os arranjos exteriores, porque não poderia ficar tudo em terra batida. Desde 2001 nunca mais houve apoios. Os últimos programas de apoio foram do tempo da Operação Integrada de Desenvolvimento. Não foi só a Câmara de Setúbal, a quem constantemente se aponta a responsabilidade por existirem pessoas que não têm casa, mas sim todas as Câmaras do país. Nenhuma outra Câmara do Partido Socialista conseguiu ter um programa de apoio à construção ou requalificação de bairros sociais, nem do PSD, nem do CDS. Finalmente este Governo vem colocar “uns tostões” para os bairros sociais do país, porque oitenta e cinco milhões é para o país e não exclusivamente para Setúbal, estando destinado apenas aos arrendatários e aos exteriores dos prédios.

Claro que temos uma candidatura a fazer!

Então, somos distraídos?

Está-se a trabalhar nisso e este setor tem trabalhado muito bem e irá definir as prioridades em função dos requisitos da candidatura e das suas condicionantes. Iremos dizer o que é prioritário e tentaremos aproveitar até ao último cêntimo naquilo que for disponibilizado para a requalificação dos bairros.

Relativamente às questões levantadas pelo Presidente de Junta do Sado Manuel Véstias, temos que esclarecer que a Câmara é que tem que suprir todas as falhas. A ideia que a Freguesia do Sado é um caixote do lixo, não é a melhor!

A questão que foi despoletada com o lixo italiano leva-nos a pensar se não houve problema com a natureza, com qualidade daquele material que foi ali depositado, mas não deixa de haver um problema de fundo, que é o facto de estar localizado naquele sítio, mesmo à beira de uma reserva natural que é o Estuário do Sado. Isto são coisas que não são de opção momentânea.

Onde estava instalada a indústria química do Barreiro? À beira rio.

Onde é que se foi instalar a fábrica de cimento que tem funcionado ao longo de décadas e dá trabalho a tantos milhares de pessoas e tantas famílias? Na zona mais nobre da serra da Arrábida.

Onde temos instalado os estaleiros navais? Em pleno estuário.

Há um contrapeso que temos que fazer entre a utilidade social e económica das atividades industriais e a sua localização. O que não nos ilibata da obrigação de tomar medidas preventivas e de planeamento para o futuro, de limitação dos efeitos perigosos e de prevenção de riscos de acidente, de contenção de realocações.

O Pontal dos Muges é uma das coisas que deve estar incluída num plano de prevenção de localização de indústrias, que não devem prejudicar o ambiente. O Deputado Luís Custódio sabe muito bem, porque na altura estava como presidente da junta de freguesia, das diligências que se fizeram para tentar travar aquelas pretensões, para a localização adequado na instalação daquela indústria de ostras. Não é a Câmara que licencia e são necessários milhentos pareceres para autorizar uma coisa deste tipo e a Câmara Municipal serve apenas de interlocução, o mesmo se passa com as restantes indústrias. Também podíamos aqui usar o tal chavão da magistratura de influência por parte da autarquia. Falamos sempre com a Câmara como se ela tivesse sempre nas mãos a solução, a decisão e a competência para tudo. Podemos tentar suprir com essa tal magistratura de influência cá por baixo. Não é só o Presidente da República que a tem, nós também podemos usá-la e usamos de certeza absoluta.

Quanto ao Deputado Henrique Guerreiro se foi ou não foi exacerbado o alarmismo, a resposta está contida no que disse há pouco, houve um acompanhamento a par e passo, cuja recomendação de quinta-feira resultou apenas num comunicado da Direção Geral de Saúde, da qual se infere que se deveria fechar todas as escolas, tendo o cuidado com crianças idosos e pessoas com problemas respiratórios. Daí não se infere uma recomendação para fechar tudo, simplesmente a Câmara teve esse aviso, e tendo essa comunicação tomou medida. Fez mal, fez bem, foi alarmista? Depois disso pode-se dizer: “Se calhar não tinha sido necessário”. Os cuidados são como os caldos de galinha, “nunca são demais”.

Quanto aos bairros sociais, a candidatura fecha em agosto, temos ainda 3 a 4 meses para trabalhar isto. Ainda há um espaço de tempo para ponderadamente enquadrar com o trabalho já feito. Se tivesse tudo no mesmo estado de degradação ou de conservação era mais fácil, iria a eito, mas como há trabalhos feitos é preciso aproveitar os trabalhos executados para não aplicar os mesmos meios em coisas minimamente resolvidas.

Quanto às questões apresentadas pelo Sr. Manuel Esteves, no que refere ao espelho, Vale Florete e Salmoura, são questões que em todas as sessões lhe tem sido respondido e em todas as sessões têm sido colocadas e a Senhora Presidenta da Freguesia de Azeitão já lhe respondeu. Quanto à placa de Vendas de Azeitão lá terá a placa.

O Sr. Deputado congratula-se com a abertura do Forte de S. Filipe e nós também nos congratulamos e certamente que a Assembleia vai secundar pela intervenção do executivo municipal nas obrigações do Estado, tal como fizemos com o Convento de Jesus ou com a Pousada da Juventude. O Forte de S. Filipe será explorado por um privado, de quem tem a concessão das estalagens. Tudo isto acontece, porque o Estado não podia fazer intervenção, por falta de meios, deixando fechar aquele espaço. Por essa razão lá vai a Câmara gastar dinheiro e provavelmente terá necessidade de fazer novos empréstimos, que os Senhores Deputados irão criticar fortemente. Ainda bem que a bancada do Sr. Manuel Esteves está de acordo com esta intervenção, para preservação e reutilização do Forte de S. Filipe.

Quanto à agência da Caixa Geral de Depósitos, o assunto tem tido um desenvolvimento do tipo novela nacional. O que está em causa são as funções da Caixa Geral de Depósitos no país e o papel que tem, no apoio aos mais necessitados, que são os idosos que vão buscar as pensões, nas zonas mais afastadas, onde a lógica do lucro não predomina para determinar se deve existir ou não uma agência. Os autarcas têm que se juntar e têm que fazer valer a sua voz, para que esses objetivos não prossigam.

Registo a questão que o Sr. Carlos Batista volta a colocar sobre a capela da Piedade. É verdade que está com muito atraso, é verdade que isso está incluído, já explicámos isto outras

vezes, talvez um pouco com menos lógica, num concurso de construção/concessão e exploração do forno pirolítico e do crematório. Naquele caderno de encargos era uma intervenção acessória e depois ficou para o fim. Não está perdida a intervenção, está-se a tratar e a acertar com o concessionário a parte desta obra, que já está no terreno para iniciar a recuperação da capela da Piedade.

Quanto aos fios de telecomunicações pendurados, é uma verdade Sra. Presidente. Isso é um problema muito denso. Qualquer subempreiteiro de uma empresa de telecomunicações deixa as pontas soltas. A senhora Presidente da junta vira-se para a Câmara e a Câmara vira-se para as empresas. Se for a Câmara e a Junta de Freguesia a fazer esta pressão nos operadores não faz mal nenhum. Há uma perda do brio operacional das empresas.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – As Juntas de Freguesia nem sabem que as empresas de telecomunicações lá andam a operar, para se virarem para elas.

Vereador Manuel Pisco Lopes – A Câmara também não sabe, tem que ir perguntar, também temos que ir atrás deles.

Já se começou a fazer o enterramento de cabos que estavam pendurados nas ruas da baixa e em Azeitão. Está no projeto ARU para Setúbal e Azeitão a previsão de enterrar todas as cabelagens das telecomunicações e da energia elétrica.

Sobre o portal da transparência, pergunto ao Sr. Deputado Rui Vieira se o crédito aos critérios dá a esse *ranking* o mesmo que a Associação Nacional de Municípios lhes dá?

Quando vejo estes *rankings*, não gosto! Devemos de ser muito aselhas, com a quantidade de informação que introduzimos no *site* e não conseguimos colocar a informação mais disponível, precisamente aquela que foi usada no critério da entidade, que fez esse levantamento. Estes critérios da transparência não estão formalizados, não estão consensualizados. A Associação Nacional de Municipais não os reconhece, mas não quer dizer que não sejam importantes do ponto de vista do cidadão. É importante ter acesso a informação útil, mas não é só por chegar ao *site* que conseguimos ter acesso à informação. No Gabinete Participação Cidadã entra muita reclamação e há muito contacto com o município. No geral há muito contacto direto com o município, que não é avaliado neste portal da transparência, contemplando apenas o *site*. Devia haver um *ranking* da transparência, que fosse uma coisa preparada e consensualizada, com toda a informação legal que deve ser disponibilizada *online*. Por essa razão é que a Associação Nacional de Municípios contestou esse índice.

Tomamos nota das recomendações relativas à ilha localizada no Alto da Guerra, das pinturas no chão e vamos tentar fazer as correções das intervenções sugeridas.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Foram entregues na mesa vários documentos, no total seis, votos de pesar e moções. Vamos começar por um voto de pesar apresentado pela bancada da CDU, pelo proponente Alberto Pereira, a quem eu peço que apresente este voto. Penso que os textos dos votos e das moções foram previamente distribuídos e são do conhecimento de todos os senhores deputados, nesse sentido peço aos apresentadores que não leiam a totalidade das propostas, mas que façam uma síntese para que se fique a perceber aquilo que se trata.

Alberto Sousa Pereira (Primeiro Secretário) – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Voto de Pesar

O setubalense e ator de teatro de nome artístico Carlos Rodrigues, mas conhecido familiarmente como Manuel Bola, faleceu, aos 72 anos, no dia 11 de dezembro do ano passado.

Desde jovem pertenceu a quase todos os grupos de teatro amador fundados em Setúbal, nas décadas finais do século passado, como; a Ribalta, grupo do Ateneu Setubalense e a TEIA, do qual foi fundador. Mais tarde passou a ser ator profissional na companhia TAS - Teatro de Animação de Setúbal, onde permaneceu até à sua reforma.

Também trabalhou na televisão em várias séries, de um modo geral de humor, como; Malucos do Rios e Gente Fina é Outra Coisa. Mas apesar do seu registo cómico ser o mais conhecido do público Carlos Rodrigues foi também ator dramático, caso das séries de televisão: Jardins Proibidos ou A Banqueira do Povo.

Carlos Rodrigues tinha o talento, pouco habitual, de representar bem sem falar, apenas com a sua presença e pequenos apontamentos corporais, mas sem exageros. Foi devido a este seu talento que em 1997 e não em 1977 como erradamente veio na comunicação social, recebeu o prémio do Melhor Actor Ibérico no III Festival de Cinema Ibérico de Badajoz pelo seu desempenho na curta-metragem O apartamento. Em apenas 12 minutos e praticamente sem falar Carlos Rodrigues, foi um porteiro de um prédio onde, com infinita paciência, aturava os pretendentes ao aluguer de um apartamento, num autêntico festival da arte de representar no cinema.

Com a sua morte Setúbal perdeu um excelente ator, mas também um bom cidadão que fica na memória de todos aqueles que tiveram o prazer da sua alegre e sempre irónica companhia. A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 24 de fevereiro de 2017, aprova, por conseguinte, um voto de pesar pelo falecimento deste ilustre cidadão setubalense.”

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta,

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma Moção apresentada pela CDU “8 de março, Dia Internacional da Mulher” cujo documento se anexa em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

“8 de Março, Dia Internacional da Mulher

Celebrar o 8 de março, é celebrar a luta das mulheres de todo o mundo pela igualdade dos seus direitos.

Celebrar o 8 de março é ter consciência dos problemas que as mulheres enfrentam no dia-a-dia, como os baixos salários, a desigualdade salarial entre homens e mulheres para a mesma função, a dificuldade de compatibilizar os horários de trabalho com a vida familiar, de ser mãe sem prejudicar a carreira.

Celebrar o 8 de março é exigir mais e melhor apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, de assédio sexual ou de tráfico sexual.

Celebrar o 8 de março é ser solidário com as mulheres de todo o mundo que não beneficiam do direito de interromper uma gravidez não desejada, que são forçadas a casar, que são submetidas a mutilações genitais, vítimas de crimes de honra ou ligados ao dote. É levantar a voz contra o fato da violação ser uma arma de guerra, da existência de infanticídios de meninas ou da seleção pré-natal do sexo. É ser solidário com as refugiadas que foram

obrigadas a fugir por razões económicas ou para fugir à guerra, porque elas são as mais vulneráveis.

O Dia Internacional da Mulher é um dia para lembrar todas as mulheres que fizeram História. Independentemente das suas diferenças étnicas, culturais, linguísticas, políticas, religiosas ou económicas, elas lutaram para participar nas suas sociedades, num pé de igualdade com os homens. As mulheres representam mais de 50% da população mundial, mas só 22% estão presentes nos parlamentos e 16% são executivas. A fome, a pobreza e o desemprego atingem, sobretudo, as mulheres que também sofrem discriminações a nível do trabalho quando assumem a gravidez e a maternidade.

A globalização e a revolução tecnológica estão a mudar o mundo do trabalho, o que provoca alterações importantes na vida das pessoas, tornando o emprego mais precário, o salário instável, o afastamento do local de trabalho habitual e a vida familiar mais complicada. Para lutar contra o empobrecimento da qualidade de vida dos cidadãos, a participação das mulheres no plano social e político é indispensável. Esta participação deve ser alargada, ampliada, encorajada na sua intervenção contra as desigualdades e as discriminações.

Este dia é também um dia de reflexão.

Se a participação das mulheres é fundamental para alcançar e manter a paz, elas estão quase completamente ausentes das negociações de paz. Esta exclusão limita o acesso à recuperação, à obtenção de justiça para os abusos sofridos. A paz não é ausência de guerra, tem de incluir segurança para as populações, justiça, igualdade e democracia o que implica um esforço conjunto dos homens e das mulheres unidos num mesmo objetivo em pé de igualdade.

Considerando as ideias expostas atrás que visam também as mulheres portuguesas em quase todos os seus aspetos, a Assembleia Municipal, reunida em 24 de fevereiro:

1 – Apela ao Governo para que tome as medidas necessárias e justas que diminuam as desigualdades e as discriminações que afetam a mulher na família, no trabalho e no plano social, político e cultural, tornando a nossa sociedade mais fraterna e mais democrática.

2 – Convidamos todos a participarem nas múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas Autarquias Locais na comemoração do Dia Internacional da Mulher e ainda a estarem presentes na Manifestação Nacional de Mulheres, promovida pelo MDM, em Lisboa, às 14h30m, no dia 11 de março.”

Anita Vilar (CDU) – Em breve vai celebrar-se no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e a CDU entendeu que deveríamos apresentar esta moção, na qual se apresenta as razões que nos levam a celebrar este dia, nomeadamente as desigualdades e as discriminações que ainda atingem as mulheres, bem como a sua luta para que as mesmas se atenuem.

Também referimos especialmente a situação das refugiadas que hoje é mais dramática do que nunca.

No final, considerando de facto as ideias expostas, propomos que a Assembleia Municipal, primeiro, apele ao Governo para que tome as medidas necessárias e justas que diminuam as desigualdades e as discriminações que afetam a mulher na família, no trabalho, no plano social, político e cultural, tornando a nossa sociedade mais fraterna e mais democrática.

Segundo, convidamos todos a participarem nas múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas Autarquias Locais na comemoração do Dia Internacional da Mulher e ainda a estarem presentes na manifestação nacional de mulheres promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres, em Lisboa, às 14h30, no dia 11 de março.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Em relação a esta moção queria naturalmente associar-me desde logo à intenção que está por detrás do assinalar do Dia Internacional da Mulher, às



razões e aos considerandos genericamente. Acompanhamos e será seguramente um dia sempre importante, um dia tão mais importante enquanto for sempre um dia necessário e que continua infelizmente ainda a ser um dia necessário de assinalar.

Bom seria o momento e o dia em que não fosse necessário, pelo menos, assinalar como forma de alerta, porque era sinal que estas desigualdades e a razão dos géneros seriam eliminados.

Em todo o caso, e dito isto, nós acompanhamos obviamente o ponto um desta moção e votaremos favoravelmente, mas já quanto ao ponto dois temos mais dúvidas e com certeza que todos nós temos. Associamo-nos de resto a esse convite para que todos, homens, mulheres, crianças possam participar nas múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas Autarquias Locais na comemoração do Dia Internacional da Mulher. Nesta última parte temos mais dúvidas e daí a minha proposta, que se for aceite votaremos a favor, com um ponto final nesta parte *“Convidamos todas a participarem nas múltiplas iniciativas levadas a cabo pelas Autarquias Locais na comemoração do Dia Internacional da Mulher.”*. Porque quanto ao facto de estar presente na manifestação nacional do MDM (Movimento Democrático de Mulheres) nada contra, mas não creio que caiba a esta Assembleia Municipal fazer este tipo de convites.

Nada contra, mas também nada a favor e com toda a transparência seria possível da nossa parte votar favoravelmente se a CDU aceitar esta nossa proposta, porque se assim não for ter-nos-emos que nos abster, mas desde já com esta declaração de voto: *“Nada temos a favor, nada temos contra, é uma opção de cada um participar ou não numa manifestação nacional organizada por uma organização e não creio que caiba à Assembleia Municipal e aos grupos municipais fazer este tipo de convites.”*.

Teresa Andrade (PS) – O PS vai acompanhar favoravelmente a votação desta moção por vários motivos, porque a igualdade de género é ainda uma questão que está longe de ser atingida, uma vez que o papel das mulheres ainda está longe de ser um papel justo dentro das sociedades e basta olhar para tudo. A maior parte das mulheres que aqui está, está devido a cotas, são medidas positivas que são necessárias para criar hábitos e para criar a presença.

Quando olhamos para o nosso Salão Nobre lembro-me que me emocionei quando tomei posse e fui prestar o juramento a olhar para o tríptico dos setubalenses ilustres do nosso grande pintor Luciano Santos e a única mulher que lá está é a Luísa Todi. Não era Luísa Todi, era Luísa Rosa Aguiar, é Todi porque teve a sorte de casar com um primeiro violinista italiano. Casou com ele com dezasseis anos, saiu de Setúbal muito cedo, percorreu o mundo todo e foi ele que lhe ensinou a cantar e cantou pelo mundo inteiro. Quando regressou a Portugal precisou de uma autorização especial da corte, porque era proibido as mulheres cantarem em público, apesar de ser a nossa melhor cantora. Só regressou a Portugal depois de enviudar e morreu na pobreza e não foi em Setúbal, foi em Lisboa.

Se percorrermos o Google à procura da frase “Mulheres célebres de Setúbal” aparece Luísa Todi, depois aparece Barbosa du Bocage, que deve ser pelas mulheres que provavelmente ilustraram a sua vida e o inspiraram, depois aparecem as mulheres mortas pelos maridos, que também são mulheres célebres de Setúbal.

A nossa Presidente que tem feito muita coisa nem sequer aparece. Apelo ao nosso gabinete de imagem, de comunicação onde se faz tanta coisa, acho que se poderia aproveitar o mês de março também para lembrar que há muitas mulheres célebres em Setúbal e não só, fazer-se um livro, fazer-se imagens.

Temos neste momento muita sorte, temos uma secretária de estado que é a Catarina Marcelino que está a lutar empenhadamente por esta questão da igualdade de género, não por ser igualdade das mulheres e dos homens, mas por ser uma questão humana, cá estamos todos.

Estou aqui por cotas, se calhar não estaria e não seria por falta de mérito garanto-vos, mas a questão é lembrar mais, levá-las às escolas, fazer meses de mulheres, figuras de mulheres,

lembrar por exemplo uma Maria de Lurdes Pintassilgo que apesar de só ter conseguido estar seis meses como representante dos portugueses, foi a única mulher que o conseguiu.

Estranhamente alterou-se a constituição logo depois de ela sair, que era para mais nenhum Presidente da República se atrever a nomear uma mulher, agora deixou de ser o presidente a influenciar e cortou-se. Em 1982 mudou-se a constituição que permitiu a Ramalho Eanes nomear a Maria de Lurdes Pintassilgo sem perguntar ao Parlamento.

Termino com a Maria de Lurdes Pintassilgo dizendo que não estou nada, mas nada mesmo interessada em que as mulheres façam aquilo que os homens fizeram durante séculos ou milénios, o que me interessa é descobrir como é que as mulheres podem dar de maneira original uma contribuição para que vivamos uma história de dimensão humana, de dimensão global.

Anita Vilar (CDU) – A Maria de Lurdes Pintassilgo vai ser a grande homenageada nas comemorações da autarquia neste 8 de março.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Pelo que percebo, não havendo qualquer tipo de disponibilidade para a proposta apresentada, pedia ao Sr. Presidente que quando submetesse a votação separe o ponto um do ponto dois, se fizer favor.

Presidente da Mesa – Vamos passar à votação da moção e desta forma sugerida e que penso que ninguém tem nada contra a moção ser votada por pontos.

Não havendo mais intervenções, foi o ponto um da moção aprovado por unanimidade e o ponto dois foi aprovado por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC, e 4 abstenções do PSD/CDS.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – É só uma interpolação à Mesa para remeter a título de declaração de voto e por uma questão de economia de tempo, a intervenção que fiz aquando da discussão da moção onde justificámos o voto de abstenção perante a não disponibilidade de a alterar. Não vale a pena estar a fazer nenhuma declaração de voto, creio que fui claro.

Presidente da Mesa – Passamos ao terceiro documento, uma moção intitulada “Pela não Distribuição Alimentar ao Abrigo do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas no ano de 2016”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo nº 20:

“Moção de Condenação

Pela não Distribuição Alimentar ao Abrigo do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas no ano de 2016

O Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), lançado em janeiro de 2014 e com duração até 2020, veio substituir o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) e visa apoiar organizações na distribuição de alimentos aos mais carenciados.

O fim do PCAAC e aparecimento do FEAC exigiu um período de adaptação e de implementação do novo programa em vários Estados-membros.

Em Portugal, 2014 e 2015 foram considerados anos de transição de um programa para o outro, com um orçamento previsto anual de cerca de 28 milhões de euros.

Desta verba foram utilizadas 10 milhões em cada ano, que apoiaram cerca de 409 mil pessoas, segundo dados do relatório anual de execução do FEAC, da Segurança Social.

A título de exemplo, a AMI é uma das entidades recetoras deste apoio, que depois o distribuiu por mais de 20 mil pessoas, cerca de 7.000 famílias.

Segundo declarações de Fernando Nobre, em 2016, “Eu acho que este ano, salvo milagre, vamos assistir ao primeiro ano em que o programa comunitário encaminhará zero toneladas para o país e nomeadamente para a AMI”.

Esta convicção foi partilhada pelo secretário-geral da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, Manuel Paisana, que considerava ser “quase impossível” haver distribuição de alimentos do fundo no ano passado.

Segundo este responsável, a razão apontada pela tutela para as verbas não terem sido libertadas era o atraso na realização do sistema de informação, considerando que, “na melhor das hipóteses”, o fundo só estará em funcionamento no primeiro trimestre de 2017.

Fonte do MTSSS, questionada sobre este assunto, disse que, “o ministério encontra-se a fazer ajustamentos na regulamentação do FEAC para que o programa seja lançado em 2017”.

Ou seja, reconhece que, no ano anterior, não foi disponibilizado nenhum apoio às instituições ao abrigo destes programas.

Já em plenas vésperas de Natal, a AMI, a propósito de distribuição de cerca de 2000 cabazes de Natal, publica no seu portal na Internet, “Esta é uma ajuda particularmente significativa num ano em que um dos mais importantes instrumentos para a mitigação da pobreza, o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), não distribuiu qualquer apoio alimentar em Portugal”.

Posteriormente, no dia 30 de dezembro de 2016 (último dia útil do ano), o Governo fez publicar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-Q/2016, onde autoriza o ISS a realizar a despesa relativa à aquisição de bens alimentares com recurso ao Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (2014 -2020), até ao montante máximo global de € 66.120.373,59.

Ora, esta Resolução parece que comprova os receios mais sérios do CDS-PP e das instituições que estão no terreno, como é o exemplo da AMI.

Em 2016 não foi distribuído nenhum cêntimo ao abrigo destes programas comunitários, apenas e só, por responsabilidade do atual executivo.

Nesse contexto, todos sabemos que no Concelho de Setúbal, vários beneficiários, adultos, idosos e crianças, ficaram injustamente privados de um apoio essencial para enfrentar as necessidades mais básicas de qualquer ser humano.”

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Começando por dar resposta, de alguma forma, à sua dúvida, que de resto partilho, e terei toda a disponibilidade em mudar de moção para voto de condenação se assim for a vontade da Assembleia Municipal. Não será por causa disso que teremos qualquer tipo de litígio nesta Assembleia.

Este voto ou esta moção, como preferirem, tem a ver com o que consideramos grave e com a falta de utilização atempada e sobretudo atenta do chamado FEAC, que é o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas, lançado em janeiro de 2014 e com duração até 2020 e que veio substituir outros programas já existentes nesta área.

A verdade é que em 2014 e 2015, como foram considerados anos de transição de um programa para o outro, ou seja, do atual FEAC para aquele que era o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, ainda assim foi possível orçamentar um valor na ordem dos 28 milhões de euros, sendo que desta verba foram utilizados 10 milhões para apoiar cerca de 409 mil pessoas, de acordo com o relatório de execução desse mesmo programa.

Por isso mesmo várias associações, creio que indiscutivelmente prestigiadas do ponto de vista do papel que desempenham na sociedade civil, como a AMI, Dr. Fernando Nobre, o Secretário-Geral da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, não só elogiaram como



vieram alertar para o que se estava a passar quanto ao atraso em relação ao ano de 2016 na distribuição destas mesmas verbas.

A verdade é que o CDS e seguramente outros grupos parlamentares, na Assembleia da República, atempadamente alertaram o Governo para esta matéria, quer em perguntas orais em sede de Comissões Parlamentares, quer em perguntas por escrito, de que tenho aqui cópia, e que ainda não foram respondidas, mas não é a sede, nem o momento, nem o local próprio para tratar dessa questão.

O tempo foi passando e no último dia útil desse ano o Governo veio explicar uma resolução no Conselho de Ministros onde autoriza esta despesa, mas obviamente sendo o último dia do ano já não foi possível abranger esse mesmo ano de 2016. Esta resolução veio comprovar, como aqui é dito, o receio de todos e neste caso também do CDS, mais grave, mais preocupante e até diria mais chocante. Veio comprovar que em 2016, ao contrário do que aconteceu em 2014 e 2015, não foi distribuído nenhum cêntimo ao abrigo destes programas comunitários por responsabilidade ou se quiser irresponsabilidade do atual Governo e do atual Executivo com isso prejudicando vários beneficiários como também deste concelho de Setúbal.

É nesse sentido que queremos ser absolutamente importantes e de uma forma clara que esta Assembleia possa em nome dessas pessoas, de idosos, de crianças e de adultos também que esta situação não se volte a repetir em 2017. Porque por incúria, incompetência, não querendo chamar outra coisa e querendo ser parco em objetivações, não receberam durante o ano de 2016 nenhuma verba deste fundo que é comunitário, desta verba e deste dinheiro que é distribuído para o nosso país para poder ser repartido pelas pessoas mais carenciadas.

Uma posição desta Assembleia vem, por um lado, dar eco a essa indignação que não é só nossa, é de várias associações civis e da sociedade civil, e ao mesmo tempo a esperança e quiçá nova convicção, se calhar já não tanta quanto a esperança, que possa permitir que não se passe o mesmo em 2017 que se passou em 2016.

Manuel Fernandes (PS) – Esta moção do CDS tem um propósito que é atribuir a responsabilidade política a uma coisa que é vista com alguma naturalidade numa altura em que houve uma alteração do modelo, não uma alteração do modelo de governação, tal como também aconteceu uma alteração no próprio modelo de atribuição das verbas do FEAC que como o Sr. Deputado Nuno Magalhães teve a oportunidade de frisar era e é um modelo de financiamento de apoio aos mais carenciados no país e que são verbas da União Europeia.

Este modelo de financiamento funcionou e teve os resultados que teve numa forma que veio substituir um antigo modelo que já gizava desde 1987. Este modelo de financiamento para este tipo de programas que assentava e assenta sobretudo nas entidades locais, assenta também no que são as valências locais para dar apoio aos mais necessitados e aos mais carenciados, sendo que este apoio obviamente depende de legislação em primeiro lugar e de regulamentação posterior do Governo. Obviamente que num período em que se fez uma avaliação do programa FEAC e da sua aplicação em termos de resultados obtidos, depois de findado o programa que com aquele modelo que todos conheciam, até de uma forma que foi apreciado por determinados especialistas como ligeira na forma de aplicação das verbas e do modelo de governação, o modo como os alimentos e os bens chegavam aos mais carenciados não era de todo o mais eficiente, não era prático, não era eficaz e reportava grandes problemas logísticos. Foi necessário através da própria União Europeia alterar o seu modelo de financiamento e a sua forma de operacionalidade.

Nesta fase de transição houve esta perturbação, que aconteceu e foi assumida até pelo Sr. Ministro Vieira da Silva em tempo útil e em determinada altura foi referido que o próprio Sr. Ministro, depois de vir a público várias notícias dizendo que Portugal teria perdido na ordem



dos 28 milhões de euros nas verbas atribuídas através do FEAC, veio desmentir essas informações no sentido de que houve apenas aqui uma suspensão e algum atraso dado a perturbação que houve na alteração do modelo. Ele agora está em fase de preparação do novo modelo, está numa fase em que a estimativa que era na altura em que chegavam cerca 1,6 Kg por família e por mês aos mais carenciados, passará a chegar cerca de 24 Kg por família e por mês.

É disto que estamos a falar.

Obviamente que a moção trata de assuntos que aplica para o futuro algumas dúvidas quanto ao novo modelo que está agora a ser desenvolvido, mas perante esta estimativa e a diferença cabal que existe em termos de resultados do que foi o período anterior para o que se pretende no futuro.

É inegável o futuro sucesso da aplicação de determinada legislação que foi até imposta pela Comissão Europeia na alteração da regulamentação da própria aplicação dos fundos, a forma como os mesmos devem de ser utilizados e a forma como os bens e os alimentos devem de chegar aos que efetivamente precisam.

Ainda assim muito me surpreende que esta moção seja apresentada pelo CDS, porque o CDS esteve à frente do Instituto de Segurança Social entre julho de 2015 a maio de 2016. Metade do ano de 2016, segundo refere a moção, é da própria responsabilidade do CDS.

Já agora aproveito, porque está presente na sala a Dra. Ana Clara Birrento que presidiu este Instituto, pessoa a quem pessoalmente tenho bastante estima e boas relações, nem sequer é muito favorável esta moção tendo em conta que a própria Diretora é do CDS e quanto a nós não temos sequer esta imagem e nem temos esta razão de queixa da ex-Presidente do Instituto da Segurança Social, tendo em conta os resultados obtidos e a perturbação que houve no modelo.

Muito nos surpreende que seja o próprio CDS a colocar em causa o que é atribuído em termos de responsabilidade por lei ao próprio Instituto da Segurança Social.

Poderei frisar, por exemplo, que depois de uma autonomia financeira, organizativa e administrativa dos próprios serviços da Segurança Social, é da responsabilidade do Sr. Presidente ou da Sra. Presidente da Segurança Social assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais em matéria de Segurança Social.

Não se compreende esta moção e não se compreende precisamente porque era o CDS que presidia ao Instituto nesta data que invoca na moção como responsabilidade na penalização da atribuição às famílias.

Ainda assim gostaria de deixar esperanças para o futuro, porque o novo modelo, com os dados estimados e o novo estudo feito, é muito mais vantajoso do que aquele que era praticado até então, tendo em conta as deliberações da União Europeia para a aplicação dos Fundos Comunitários de uma forma mais eficiente, mais eficaz e como tal temos toda a esperança e depositamos toda a confiança nos atuais responsáveis e nos responsáveis futuros aquando da aplicação destas regras.

Iremos votar contra, porque isto não é apenas um tiro ao lado e penso que é sobretudo um tiro nos pés.

Luís Custódio (CDU) – Também fiquei um pouco surpreendido com esta moção por parte do CDS, porque o PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados) no último ano em que foi distribuído, foi uma única vez e as pessoas precisam de apoio mais do que uma vez no ano.

Mas também não estou tão entusiasmado com o FEAC como o Deputado Manuel Fernandes está, até porque há grandes dúvidas em relação a isto.

Pertencendo eu aos corpos sociais da Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, tivemos o PCAAC e provavelmente não vamos ter o FEAC. Não vamos ter o FEAC porquê? Porque as instituições para terem condições para aderirem a este programa têm que ter técnicos para o acompanhar.

Aqui vem um problema grave, porque não temos condições para isto, mas a Segurança Social podia ter. É bom termos em atenção o que tem acontecido nos últimos anos. A Segurança Social concentrar serviços, como por exemplo, se não têm tirado a Assistente Social que ia à Freguesia do Sado e à Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra isto poderia ser aplicado e podia ter uma grande utilidade, podia ser um programa completamente diferente do outro.

A única instituição que está em funcionamento naquelas duas freguesias (Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) é a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, não tendo a nossa associação condições técnicas para acompanhar esta situação não podemos ter este programa. Quem é que vai acompanhar as famílias daquela zona?

É um programa que está de uma forma muito abstrata e ontem houve aqui uma reunião da CLAS, onde o Sr. Presidente Fernando Sousa levantou aqui um conjunto de situações.

Surpreende-nos o CDS trazer aqui esta proposta, mas também, pelo menos da minha parte, não estou tão otimista com a funcionalidade disto e que provavelmente quem vai ser beneficiado com este programa serão as grandes instituições. Há muitas dúvidas em relação a este programa.

João Afonso Luz (CDU) – Relativamente a esta moção apresentada pelo CDS, duas ou três considerações.

A primeira é que acompanhamos naturalmente uma preocupação de fundo que se prende com a necessidade de se garantir o auxílio às pessoas mais carenciadas. A alteração do próprio paradigma destes fundos e as questões de ordem processual não podem, na nossa opinião, prejudicar o auxílio que é prestado a estas pessoas e desse ponto de vista é urgente que se retome a execução do programa do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas. Esta é a primeira questão de fundo para nós e até aqui acompanhamos a preocupação ainda que no sentido que não é o da condenação, é o da exigência de que rapidamente se execute o programa. Não podemos deixar, tendo em conta também os próprios considerandos da moção apresentada, de tecer algumas considerações e até algumas interrogações.

É aqui dito que 2014 e 2015 foram anos de transição, e a questão que colocava é se nestes anos de transição entre programas, tendo estado o PSD e o CDS no Governo até outubro de 2015, o que é que foi feito ao longo destes dois anos de período de transição?

A segunda questão prende-se com um problema de ordem mais político ou ideológico que surge muitas vezes nestas moções e nestas questões relacionadas com aqueles que são mais carenciados.

Nós assistimos a um Governo PSD/CDS que foi pródigo em produzir miséria neste país e que atirou milhares e milhares de portugueses para situações de exclusão e de pobreza. Temos neste momento um conjunto de políticas neste país de reversão daquilo que foram as medidas que agravaram e muito este problema no nosso país.

É estranho, mas ainda assim compreensível esta preocupação quando o PSD e o CDS foram responsáveis por cortes em apoios sociais, de abonos de família, do subsídio de desemprego, do não aumento do salário mínimo, reduções fortíssimas que ainda hoje atingem milhares e milhares de famílias e de trabalhadores portugueses.

Do ponto de vista da bancada da CDU o que se coloca relativamente a esta moção é a necessidade de um olhar mais alargado sobre estas matérias, o ir ao fundo das questões



relacionadas com a produção de pobreza e miséria no nosso país, a construção de um país que ponha fim a uma sociedade de desigualdades.

Nesse sentido parece-nos que a moção é curta e o seu próprio conteúdo, mais do que condenar, se prenderia com a exigência da execução urgente do programa.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Talvez começasse pela intervenção, com a licença do Sr. Deputado Manuel Fernandes e também do Sr. Deputado Luís Custódio, desde logo para aceitar, se bem entendi o Sr. Deputado João Afonso Luz, de para além da “condenação” poderemos acrescentar “exigência”. Estou perfeitamente disponível para alterar o texto no sentido de não só esta Assembleia Municipal condenar como exigir da parte do Governo que utilize os Fundos Comunitários e o dinheiro comunitário no apoio aos mais carenciados.

Depois para responder a uma interrogação do Sr. Deputado João Afonso Luz, que me parece bastante pertinente, sobre o período de transição, na altura ainda da responsabilidade do anterior Governo PSD/CDS. Dizemos que é um período de transição justamente por isso mesmo, é um período de transição, como também dizemos na moção que o programa é de 2014 a 2020, e em 2014 e 2015 é preciso aprovar regulamentos e pô-los em execução e, ainda assim, dos 28 milhões orçamentados 10 milhões chegaram aos mais carenciados. O que é que aconteceu em 2016? Zero! Ou como diria uma figura desportiva e conhecida da nossa praça, “bola”.

Isso parece-nos grave.

Parece-nos condenar, e como o Sr. Deputado João Afonso Luz diz e muito bem, condenar e exigir.

Estou absolutamente de acordo e disponível para alterar esta moção nesse sentido para vir de encontro a uma sugestão que agradeço e que de resto me parece bastante pertinente feita pelo Sr. Deputado João Afonso Luz.

Não vou estar aqui a ter um debate, tenho muito gosto nisso, mas não creio ser o local e a hora sequer e os Srs. Deputados certamente não me permitiriam e nem me perdoariam ter um debate mais sobre política geral com o Sr. Deputado João Afonso Luz, embora fosse um prazer.

Relativamente, por exemplo, ao salário mínimo nacional creio que os factos e a história sabem quem é que o congelou e porque é que o congelou e também sabem quem o descongelou e sabem como foi. No primeiro caso, o anterior Governo do Partido Socialista do Eng.º José Sócrates, do segundo caso quem o descongelou e que o atualizou foi o Governo do PSD e do CDS.

Também poderia falar da reposição de prestações sociais, creio que não vale a pena, creio que o que está aqui em causa é se reprovamos, condenamos e exigimos ou não, e que este programa comunitário, de fundos comunitários, de dinheiros comunitários sejam, coisa que não foram, utilizados e cheguem aos mais carenciados.

Nesse sentido não percebi, mas creio que estaremos de acordo e contaremos com o voto da CDU na condenação de no ano de 2016 não ter chegado um único cêntimo a esses mesmos carenciados.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Custódio que disse que em 2014 e 2015 foi distribuído de uma só vez, até posso admitir a crítica. Concordará comigo que é melhor ser distribuído de uma só vez do que não se distribuir nada. Já agora a distribuição alimentar não tem a ver com este programa, não tem a ver com o FEAC e nem tem a ver com a Segurança Social que não faz esta distribuição alimentar.

Concordando e percebendo até algumas preocupações que referiu, manifestamente não tem a ver com esta moção.

O Sr. Deputado Manuel Fernandes disse-nos que o modelo assenta nas entidades locais, e muito bem, por isso é que esta Assembleia Municipal é o sítio certo para condenar e exigir. Por isso mesmo é que estamos, não obstante ter feito o trabalho de casa e ter feito essa pergunta ao Sr. Ministro Vieira da Silva, e aí respondeu mais ao Sr. Deputado do que me respondeu a mim como Deputado da Nação, é um assunto que terei a oportunidade de confrontar o Sr. Ministro Vieira da Silva.

Senhor Deputado Manuel Fernandes estava aqui a ver um discurso da tomada de posse do atual Governo, a 26 de novembro de 2015. Esta data, se calhar, responde a algumas perplexidades e àquilo que qualificou ser um tiro no pé do CDS.

O Sr. Deputado disse que nunca foi e é preciso fazer uma avaliação do FEAC e por isso é que não foi distribuído nenhum cêntimo aos mais carenciados em 2016. Não é passível e nem possível fazer avaliação deste fundo, do FEAC, pela simples razão de que ele nunca foi aplicado por este Governo.

O Sr. Deputado provavelmente estará a confundir com o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar aos Mais Carenciados e depois tem uma conceção orgânica do funcionamento da tutela que não deixa de ser interessante, porque ao dizer que isto é um tiro no pé do CDS, é muito estranho, porque parte do ano de 2016 responsabilidade é do Instituto da Segurança Social, além de que também prezo e partilhamos essa simpatia pessoal pela Sra. Prof.ª Ana Clara Birrento.

Oh Sr. Deputado quem manda nos programas comunitários, quem dá orientações, quem regulamenta, quem manda ou não executar, quem manda ou não pagar e ainda bem neste como em qualquer noutro país, é o Governo, não são os altos dirigentes, nem devem ser, nem podem ser os altos dirigentes da Segurança Social. O que é que fez o seu Governo, que tanto preza a Sra. Prof.ª Ana Clara Birrento, executou e regulamentou o Fundo de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas? Não!

Fez chegar um único cêntimo às autoridades locais que apoiam essas famílias mais carenciadas? Não!

Senhor Deputado com toda a franqueza, sabe que a única coisa que o seu Governo fez em relação a Setúbal, em relação à Sra. Prof.ª Ana Clara Birrento, que tanto estimamos os dois, a única coisa que fez foi saneá-la por motivos políticos e substituí-la por outra pessoa da mesma cor política do atual Governo.

Não ia dizer aqui neste fórum, porque este assunto é demasiado sério para ser partidarizado ou instrumentalizado, mas já que o Sr. Deputado levantou essa questão, quero aqui dizer de forma muito clara que o que está aqui em causa é que cada um de nós condenamos ou não que haja um programa Europeu, de Fundos Europeus, dinheiro vindo de Bruxelas que dava apoio a pessoas mais carenciadas e que por questões políticas e ideológicas este Governo do Partido Socialista não fez chegar às entidades locais e não o fazendo não fez chegar aos mais carenciados. Isso, Sr. Deputado João Afonso Luz, é de facto urgente condenar, mas também é urgente exigir e por isso faço essa proposta de alteração no sentido de que a votação possa ainda ser mais clara.

Não havendo mais intervenções, foi a moção reprovado por maioria, com 32 votos contra, 19 da CDU, 10 do PS e 3 do BE favor, 5 votos a favor, 4 do PSD/CDS e 1 AC.

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma moção “Nono Aeroporto de Lisboa”, apresentada pela CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo nº 21:



“Novo Aeroporto de Lisboa

Há pelo menos duas décadas que em Portugal se discute o futuro do Aeroporto Internacional de Lisboa. Na sua atual localização desde a sua inauguração em 1942, o Aeroporto da Portela, atualmente Aeroporto Humberto Delgado, esgotou a possibilidade de ampliação e os mais de 22 milhões de passageiros que o utilizaram em 2016 estão muito próximo da capacidade limite das atuais instalações.

O esgotamento da capacidade do Aeroporto era desde há muito previsível e levou ao estudo de alternativas e a um amplo debate, nos níveis técnico e político, que se desenrolou ao longo de anos. Em 2008, o Governo de então consagrou a solução de construção de um novo Aeroporto Internacional nos terrenos do designado Campo de Tiro, solução esta que resultou de, e mereceu à época, um alargado consenso.

Esta opção sustentava-se, nomeadamente, na constatação da aproximação do limite da capacidade do Aeroporto na Portela; na necessidade de construir uma alternativa de futuro, capaz de responder às necessidades e potencialidades de crescimento do tráfego aéreo durante décadas; nas características morfológicas favoráveis da localização apontada e do seu adequado distanciamento a zonas urbanas; da posse pública dos terrenos, que representava uma poupança significativa além de que prevenia fenómenos de especulação imobiliária.

Sendo uma infraestrutura de vital importância para o país e sendo, portanto, o interesse nacional o critério primeiro para a tomada de decisões a seu respeito, a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) terá sempre um forte impacto no desenvolvimento da região que o acolhe. Para a Região de Setúbal a localização do NAL no Campo de Tiro é um elemento importante da estratégia de desenvolvimento que os Municípios e os atores económicos e sociais da região têm defendido, tanto mais que converge com um conjunto de outros investimentos estruturantes apontados para a Região, designadamente: a Plataforma Logística do Poceirão, a Terceira Travessia do Tejo, a Alta Velocidade Ferroviária, entre outros.

Este conjunto de investimentos, ainda que de execução faseada, é necessário para o crescimento e a retoma económica do país, com grandes impacto e efeito multiplicador ao nível regional, promovendo o reequilíbrio funcional e económico das duas margens da Área Metropolitana de Lisboa, possibilitando um maior aproveitamento das potencialidades da Região que lhe possibilitam tornar-se no mais importante nó logístico e de transportes do país, fomentando o crescimento dos Portos de Lisboa (designadamente o Terminal Intermodal do Barreiro), Setúbal e Sines, criando condições para a reindustrialização da Região e a captação de investimentos, nomeadamente, nos sectores de transportes e logística.

Ao longo de dez anos a atuação governativa relativamente ao Aeroporto de Lisboa pautou-se pelo imobilismo, adiando uma solução que se tornava mais urgente a cada dia. Com o alibi das restrições impostas ao investimento público pelo Memorando de Entendimento, todos os projetos fundamentais para o crescimento do país e da região foram adiados indefinidamente, com pesadas consequências para o desenvolvimento regional e nacional.

Entretanto, neste período, foram privatizadas a TAP e a ANA. A ANA, responsável pela gestão dos aeroportos nacionais, é hoje detida pela Vinci Airports, empresa francesa, através de uma concessão de 50 anos. Releve-se, no entanto, que na base da celebração do Contrato de Concessão da ANA, esteve sempre implícito o compromisso por parte da empresa face aos investimentos necessários à construção de um novo aeroporto em Lisboa face à saturação da Portela. A privatização da ANA, concretizada pelo anterior Governo, não pode impedir que sejam os interesses nacionais, e não os interesses de uma qualquer multinacional, a prevalecer nas decisões que o poder político venha a adotar.

Prepara-se agora o Governo para confirmar uma opção que, tudo o indica, vinha há muito a ser preparada: a utilização da Base Aérea nº 6, no Montijo, como terminal complementar do Aeroporto da Portela.

A confirmar-se esta intenção, a Assembleia Municipal de Setúbal não pode deixar de considerar que:

- A opção pela Base Aérea nº 6 no Montijo não é a solução mais adequada nem para o país nem para a região.

- Esta opção beneficia a Vinci, que é assim desobrigada de investir num novo aeroporto, por troca com os encargos incomparavelmente menores de adaptação das pistas e instalações da Base Aérea.

- Esta solução é irremediavelmente limitada na sua capacidade e conseqüentemente na sua duração.

- O investimento que hoje é dispensado à Vinci, será necessário no médio prazo, a expensas então do erário público.

- Os elevados encargos decorrentes da deslocação das funções e equipamentos militares, desmentem o alegado baixo custo desta opção e serão suportados pelo Estado.

- Para a Região, esta opção pode significar perder o acolhimento de um equipamento estruturante, capaz de um impulso determinante ao seu crescimento económico, substituída por uma outra, com um investimento comparativamente diminuto, que se aponta como meramente complementar do Aeroporto da Portela.

- O impacto económico para a Região, resultante da instalação deste terminal no Montijo é, previsivelmente, bastante reduzido, seja ao nível da criação de emprego, seja no que respeita à atração de investimento ou à ligação ao tecido económico local, uma vez que o que é apontado para o Montijo não é mais que um terminal de passageiros, vocacionado preferencialmente para as companhias low cost, com ligações rápidas a Lisboa.

- Não é referida, nem conhecida, a realização de estudos de impacto ambiental para a utilização da atual Base Aérea nº 6 como aeroporto comercial de alta intensidade de tráfego, indispensáveis tendo em conta que esta localização encontra-se inserida numa região urbana de alta densidade e também próxima de zonas naturais protegidas de elevado valor ambiental: Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Tejo e Rede Natura 2000.

A Assembleia Municipal de Setúbal considera, ainda, inaceitável que as decisões sobre um projeto desta importância e de grande impacto sobre a Região estejam a ser preparadas sem o envolvimento e auscultação dos Municípios.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão ordinária, no dia 24 de fevereiro, delibera reafirmar que o que é necessário para o País e Região é a construção, ainda que faseada, do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro, opção que responde às necessidades atuais e futuras de Portugal relativamente ao tráfego aéreo, de passageiros e de mercadorias."

João Afonso Luz (CDU) – Do ponto de vista da sua apresentação duas ou três palavras muito breves.

Assistimos à inversão de um processo de discussão sobre a localização do novo Aeroporto de Lisboa, uma discussão que tem mais de duas dezenas de anos, um conjunto de estudos, um intenso debate na sociedade portuguesa e que apontava para uma solução de construção de um novo aeroporto nos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete.

Essa decisão anunciada foi suspensa, aliás como um conjunto de outros investimentos estruturantes que estavam previstos para a Península de Setúbal. Investimentos enquadrados, do ponto de vista de um planeamento estratégico da própria região e que apontavam para as

ligações ao Porto de Setúbal, ao Porto de Lisboa e de Sines, Terceira Travessia do Tejo, à Auto Velocidade Ferroviária, à própria Plataforma Logística do Poceirão.

E de repente depois de uma fase de suspensão de decisões sobre esta matéria, sem que tenha havido um debate na sociedade portuguesa que, do nosso ponto de vista, justificasse uma inversão das decisões sem que sejam conhecidos estudos que contrariem o que são os resultados dos estudos anteriores sem se ouvir os agentes de desenvolvimento regional, os municípios, aliás ninguém foi ouvido tanto quanto se conhece. Eventualmente um único Município terá sido ouvido naquilo que nos parece ser uma questão de interesse nacional e de interesse regional.

Um equipamento decisivo para o progresso do país e da própria região que tinha por base a ideia da construção na Península de Setúbal de uma cidade aeroportuária com um novo Aeroporto Internacional de Lisboa, com um conjunto de serviços e de atividades conexas a serem transferidas para a região de Setúbal e sem que conheçamos o que leva a esta decisão, ainda que haja alguns indícios, de repente esta cidade aeroportuária é substituída por um terminal direcionado para os voos *low cost* e com uma ligação rápida a Lisboa.

Esta opção agora enunciada da transformação da Base Aérea n.º 6 no Montijo para um terminal aeroportuário parece-nos de facto uma solução menor que pode pôr em causa aquilo que era o projeto de desenvolvimento mais alargado da atividade aeroportuária aqui na região, com consequências graves por ser uma operação ainda assim com custos elevados, com deslocação de unidades militares e com uma questão, que para nós é fundamental que é a ligação a um conjunto de outras infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido o que aqui trazemos é a consideração do que corresponde às necessidades atuais e futuras do país e da região em matéria de tráfego aéreo e que continua a ser a decisão da construção de um Aeroporto Internacional, um novo Aeroporto de Lisboa nos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete e esta decisão a longo prazo trará vantagens para o desenvolvimento do País e da região.

Nesse sentido apresentamos aqui esta moção à nossa Assembleia com uma matéria que nos parece de fundamental interesse também para o Município de Setúbal.

Entrou na sala de sessões o Sr. Deputado Municipal Paulo Calado, do PSD/CDS.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Muito rápido e sucintamente, nós partilhamos algumas das preocupações explicitadas pelo Sr. Deputado João Afonso Luz, mas não a conclusão. Nós entendemos que o novo aeroporto deve ser no nosso distrito, aí não nos distinguimos, deve ser aquele que do ponto de vista financeiro, ambiental, logístico, realista seja o mais e melhor e mais rapidamente exequível.

Nesse sentido e, de resto fizemos já perguntas ao mais alto nível, nomeadamente ao Sr. Primeiro-Ministro, mas também ao Ministro da Tutela para que nos pudesse fornecer os estudos em que se baseou para esta opção.

Ainda nem o Sr. Primeiro-Ministro quis dizer nada sobre esses estudos e nem ainda teve a oportunidade de enviar esses mesmos estudos, por isso nós reservámos, sendo certo que a histórica, aquilo que tem sido a posição do CDS nesta matéria e há muitos anos da necessidade de quando esgotada a capacidade do Aeroporto da Portela, podia ser Portela+1. Esse +1 poder ser objeto de aproveitamento de uma infraestrutura já existente e que essa mesma infraestrutura, por vários motivos, e se esse for de facto a conclusão a que esses estudos chegam poderá muito bem ser a Base Aérea do Montijo. Por isso é que não podemos acompanhar esta moção, porque desde logo não conhecemos e, com todo o respeito pelo Sr. Deputado, creio que também não conhecerá, porque de resto o Governo ainda não revelou esses mesmos estudos e não podemos dizer que a Base Aérea não é a solução mais adequada.



Ninguém conhece os estudos, é a nossa convicção, mas não serei perentório, porque não conheço a totalidade desses estudos.

Nesse aspeto, de forma alguma podemos acompanhar esta moção. Em todo o caso, e evidentemente que o Sr. Deputado terá, enquanto membro de um partido que tem ou que dá suporte parlamentar ao Governo que fez estes estudos e que não entrega, com certeza maior informação e maior oportunidade de contrariar essa mesma opção e essa mesma decisão, nomeadamente votando contra em sede de Assembleia Municipal. Se calhar até tem informações, o que seria normal sendo membro da maioria da atual solução governativa que nós enquanto oposição não conhecemos.

Manuel Fernandes (PS) – Bem é conhecida a posição da CDU local, da CDU regional, mas ainda não é conhecida a posição da CDU nacional, sendo que aquilo que foi aqui já discutido e discutido a nível local data de há 30 anos atrás.

O Sr. Deputado Afonso Luz há pouco referia que ainda não houve debate suficiente na opinião pública, que ainda não houve esclarecimentos sobre a tomada de decisão. Há 30 anos que se debate a possibilidade de um novo Aeroporto na Portela. Há um mérito que o Sr. Deputado João Afonso Luz deve reconhecer é que a decisão praticamente está tomada, mas a decisão não está tomada. A decisão não está tomada, mas praticamente está tomada.

Há aqui um passo em frente que até à data nunca foi dado, este mérito o Sr. Deputado deve reconhecer, mas ainda deve reconhecer um outro mérito, é que a decisão que está tomada ou que está em vias de ser tomada, dado o memorando de entendimento com a ANA Aeroportos ou com a AVANCI, a concessionária, é que a decisão é na margem sul do Tejo, é na nossa região. Isso é um regozijo que Vossas Exas. devem de ter em consideração.

Não acredito que a bancada da CDU não esteja de acordo que o aeroporto seja na margem sul, é a alternativa, portanto Sr. Deputado voltámos novamente à valorização da região, coisa que até à data ainda ninguém tinha a certeza.

Em relação àquilo que já foi dito, o Sr. Deputado João Afonso Luz apresenta aqui, a bancada da CDU apresenta aqui uma moção cuja matéria deliberativa tem dois pontos e diz: “*O impacto económico para a Região, resultante da instalação deste terminal no Montijo é, previsivelmente, bastante reduzido...*”, sublinho aqui “*bastante reduzido*”.

Senhor Deputado, já foi tornado público, muito embora o Sr. Deputado Nuno Magalhães tenha dito aqui que o estudo não está publicado, mas já foi tornado público parte das afirmações baseadas nesse estudo que foi feito sobre o impacto económico na região, cujas alterações em termos de emprego, por exemplo, e estamos a falar na ordem de 20.000 empregos diretos, mas que os Srs. Deputados dizem que é bastante reduzido. Estamos a falar da bancada da CDU que preside a uma autarquia cujo concelho é o segundo maior em desemprego no distrito de Setúbal, dados de 2015.

Senhor Deputado João Afonso Luz, bastante reduzida a criação de 20.000 empregos? Mas essas pessoas que dizem que é um impacto bastante reduzido dirigem o Município cujo desemprego é o segundo maior atrás da Moita. Eu diria que é preciso ter muita lata para chegar aqui e falar num impacto bastante reduzido.

Em termos de matéria deliberativa Vossas Exas. dizem que não foram feitos estudos, depois de 30 anos de debate acerca do aeroporto.

Percebo e compreendo que Vossas Exas. tenham dificuldade em entender o mundo ou a realidade atual.

Quando há pouco falou no que era o projeto do Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete o contexto era antes ou pré-crise financeira. O contexto era uma panóplia de investimentos, todos eles acentuados na região de Setúbal cujo terminal do Campo de Tiro de Alcochete seria

uma opção de conjuntura, mas também estrutural e estratégica para o país, cujo investimento era apenas um entre muitos.

Entretanto o mundo mudou, mas não mudou, se calhar para a CDU, mas o mundo mudou e hoje as alterações significativas quer no contexto económico internacional, quer no contexto e na conjuntura nacional onde as decisões têm que ser tomadas de forma, diria, urgente, porque se perderam cinco anos através de um discurso da crise financeira que não aconteceu nada neste país.

Não aconteceu nada em termos de evolução económica, não aconteceu nada em termos de qualificação de recursos humanos e de qualificação estratégica regional. O que aconteceu foi um atraso, mas este atraso depois precipitou que as decisões que eram tomadas em 2008, 2007, em 2017 (dez anos depois) terão que ser tomadas de recurso.

O esgotamento do atual Aeroporto Humberto Delgado é eminente e está próximo o ano 2021, segundo estima também alguns estudos que já foram publicados, ano em que o Aeroporto da Portela estará esgotado.

O Sr. Deputado tem consciência do que é fazer novamente estudos que comportem e suportem um investimento superior a cinco mil milhões dada a conjuntura nacional e internacional, um investimento num Aeroporto de raiz no Campo de Tiro de Alcochete. Sei que é normal para uma câmara cuja despesa e o despesismo não tem limite, não há orçamento que lhe valha.

Percebe-se claramente que essa postura, essa atitude é sacada a uma bancada cujo despesismo é a sua génese, é a sua identidade, é o seu habitat natural. Nós estamos habituados.

O que estamos aqui a ver é que precisaram de arranjar um pretexto para se distinguir do Governo, para se distinguir da geringonça e a nível regional entenderam que deveriam boicotar o trabalho do desenvolvimento estratégico regional e nacional. Desenvolveram aqui uma estratégia de colocarem em causa uma decisão que todos nós sabemos, mas que aqui não me poderei cansar de repetir a ANA Aeroportos vai fazer...

Peço desculpa Sr. Presidente, mas gostava de ser ouvido. Parece que está a causar alguma excitação em algumas bancadas, não sei por que razão.

Presidente da Mesa – Peço aos membros da Assembleia que façam silêncio para se ouvir o que o Sr. Deputado Manuel Fernandes diz.

Solicitava também ao Sr. Deputado Manuel Fernandes para ser breve e conciso.

Manuel Fernandes (PS) – Muito obrigado Sr. Presidente.

O terminal do Montijo tem um investimento estimado, um investimento na ordem dos 300 a 400 milhões de euros, cujo custo para o contribuinte é zero, porque as taxas aeroportuárias do futuro Aeroporto financiarão o investimento.

Isto na situação atual poderá não dizer nada à bancada da CDU, na conjuntura nacional e ao cidadão português dirá muito certamente, mas estaremos cá todos para avaliar o impacto do que é este tipo de informação.

A CDU prefere gastar cinco mil milhões e há quem tenha outro tipo de opções dado o recurso e a urgência da decisão.

Estamos a falar que o aeroporto do Montijo funcionará essencialmente para voos *low cost*, o que permitirá que as obras que a ANA Aeroportos irá fazer, a AVANCI irá fazer no atual Aeroporto da Portela para poder receber A380, os Airbus, os tais aviões de grande porte que trazem outro tipo de visitantes ao nosso país e que poderão desenvolver economicamente um outro setor de atividade económica, que é o setor empresarial.

Aqui também temos esta mais-valia, ou seja, dotamos dois Aeroportos ao mesmo tempo, duplicamos a capacidade de visitantes no nosso país, aumentamos o PIB regional,

dinamizamos turisticamente a região de Setúbal e principalmente o concelho, porque para nós Setúbal ainda é a capital de distrito.

Já temos em funcionamento um aeroporto na Base Aérea do Montijo, que basta apenas transformá-lo de Parque Militar para Aviação Comercial.

Continuo a ouvir um ruído Sr. Presidente e gostaria de terminar a minha intervenção.

Em termos de matéria deliberativa não podemos de forma alguma concordar com a moção apresentada pela bancada da CDU, como tal nós votaremos contra.

João Afonso Luz (CDU) – No quadro da bancada da CDU sabemos que a época é propícia a algumas brincadeiras, é um momento de algumas partidas e de algum ânimo, mas não seguindo aquela regra de que no Carnaval ninguém leva a mal. Existe de facto qualquer coisa estranha na intervenção do Sr. Deputado Manuel Fernandes.

A primeira é que certamente não percebeu aquilo que foi dito e não percebeu, porque não quis.

Quer no quadro da moção, quer no quadro daquilo que foi dito na minha primeira intervenção, os estudos estão feitos, houve muitos anos de estudos neste país com conclusões. É engraçado que quem chegou a essas conclusões foi um Governo do Partido Socialista, não foi outro.

Reconheça-se que envolvendo os Agentes de Desenvolvimento Local, envolvendo os Municípios numa decisão, é estranho para nós que o Partido Socialista faça aqui este número de fingir que não sabe o que é que se está a passar. De facto, o mundo mudou, mas o mundo não mudou por causa da crise, o mundo mudou porque a ANA foi privatizada e é preciso impedir que o concessionário gaste muito. Este é o favor que o Governo do Partido Socialista está a fazer à ANA, não é outra coisa! As coisas são claras, podem fazer o desenho que quiserem.

A verdade é que o Partido Socialista com esta medida transforma o que seria a construção nesta região de uma cidade aeroportuária com um Aeroporto Internacional, com atividades e indústria numa pista para voos de *low cost*.

Para nós esta não é uma região *low cost*. Esta é a diferença.

Os senhores querem um terminal de voos baratos com ligações diretas a Lisboa e o que nós queremos é um Aeroporto Internacional localizado nesta Península que garanta emprego, que garanta desenvolvimento, que tenha ligação com outras infraestruturas de desenvolvimento regional.

O senhor bem pode fazer os desenhos que quiser nesta Assembleia e as brincadeiras que quiser com as palavras, a verdade indesmentível é que estão a trocar este investimento por uma pista de aterragem de aviões *low cost*. É isto que está a ser decidido, ou pelo menos anunciado pelo Partido Socialista.

E mais, sem qualquer estudo que o sustente, pelo menos publicamente, e sem nenhuma discussão, sem participação de ninguém, é uma discussão entre o Governo e a concessionária, é isto que está em causa.

Quanto a desemprego e aos impactos que isto tem no emprego de facto são muito reduzidos face ao que poderia ser se os senhores estivessem disponíveis para continuarem com o que era a decisão que tomaram na sequência dos tais 30 anos de estudos.

A verdade é que esses 30 anos de estudos e de debate na sociedade portuguesa foram amachucados e postos num caixote do lixo, porque deixaram de interessar e de repente alguém entendeu que a grande solução era a Portela+1 sendo que esse +1 é a tal pista de aterragem na margem sul. Que grande aposta no desenvolvimento da região.

Esta é a consequência de anos de simulacro, de investimento de vários Governos, não foi só do Partido Socialista, mas também do Partido Socialista nesta região. O que assistimos

sucessivamente foi a anúncios que nunca foram concretizados com prejuízo não só da região, mas do conjunto do país.

Relativamente àquilo que é o trabalho nesta região e sobre o desenvolvimento regional, permita-me que lhe diga que governos de todas as cores e feitios conhecem esse trabalho e quando querem é a ele que recorrem para apostar no desenvolvimento desta região. Aquilo a que estamos aqui a assistir é a um conjunto de decisões de costas voltadas para a região de Setúbal. É isso que nós temos.

Depois sobre um conjunto de outras matérias no quadro da sua intervenção vou deixar passar, não vale a pena, não têm sequer da nossa parte resposta.

O que está a ser feito é de facto estranho, sobretudo vindo do partido que decidiu a determinado momento, e anunciou publicamente, que a solução era com base nos tais estudos e no debate dos tais 30 anos.

Henrique Guerreiro (BE) – Sobre a localização do novo Aeroporto de Lisboa, diria que nunca houve na sociedade portuguesa tema mais discutido que apaixonasse desde as barbearias às Assembleias Municipais.

Todos conhecemos as histórias da OTA. No âmbito dessa profunda discussão tive a oportunidade, porque estava a viajar, de ouvir um fórum numa rádio em que ouvi argumentos que vou tentar reproduzir sucintamente. Haviam dois ou três ouvintes que diziam que estava tudo errado, que o Aeroporto deveria ser feito em Beja, porque tinha uma pista enorme, era importante para o desenvolvimento da região do Alentejo, porque não haviam investimentos e porque 180 Km eram fáceis de percorrer num comboio de alta velocidade. Pelo menos dois ou três ouvintes tinham essa opinião.

Houve alguns ouvintes que diziam *“Isto agora é no Montijo, porque é a única câmara do Partido Socialista existente no distrito de Setúbal e há que concentrar o investimento numa câmara que é do Partido Socialista.”* Brillhante também este argumento.

Depois havia quem dissesse que eles queriam o aeroporto em Alcochete, porque era uma câmara do Partido Comunista. Um argumento igualmente brilhante, o nível está entre o Benfica e o Sporting, quem é que vai ganhar ou se o Porto vai fazer uma perninha. Para esse peditório, meus caros amigos, não vão contar com a nossa opinião, porque duvidamos que a opinião desta Assembleia seja feita hoje aqui, com base nos estudos existentes para fazer o Aeroporto no Montijo ou para fazer o Aeroporto em Alcochete.

Quando falo de estudos, falo daquilo que tem que acompanhar os estudos, que é a capacidade financeira para executar esses estudos. Quanto ao resto, meus amigos, os alentejanos, onde está a minha origem, tinham uma frase magnífica no Dique da Barragem do Alqueva *“Construam, porra”*.

Julgo que para o Aeroporto de Lisboa essa terá de ser a palavra de ordem, construam com um preço razoável, que não vá aos impostos das pessoas, que seja na margem sul ou onde for um aeroporto que consiga dar vazão.

Claro que se for na margem sul ficarei satisfeito, porque é onde habito e por várias razões ficarei pessoalmente mais satisfeito, mas é absolutamente irrelevante a opinião que hoje possamos ter aqui sobre um projeto, e repito, que ninguém conhece.

O que esta Assembleia deveria dizer, já houve um Deputado do CDS que o afirmou e isso sim é relevante, ao Governo do país é que deve revelar o estudo rapidamente e deve pô-lo na rua para que todos tenhamos conhecimento dele.

Vamo-nos abster nesta moção.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS e 4 abstenções, 3 do BE e 1 do AC.

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma proposta de recomendação para uma Comissão de Acompanhamento Ambiental e Cidadania Viva, apresentada pelo Bloco de Esquerda, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22:

“Proposta para uma Comissão de Acompanhamento Ambiental e Cidadania Viva

O Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa - Diretiva CAPE, que resultou da revisão da Diretiva-quadro relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente (Diretiva), estabelece medidas destinadas a definir e fixar objetivos relativos à qualidade do ar ambiente, com o fim de evitar, prevenir ou reduzir os efeitos nocivos para a saúde humana e para o ambiente.

De facto, a qualidade do ar ambiente é uma componente ambiental determinante, em particular para a saúde pública e para a qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, o presente decreto-lei estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, atribuindo particular importância ao combate das emissões de poluentes na origem e à aplicação das medidas mais eficazes de redução de emissões, a nível local e nacional, como formas de proteção da saúde humana e do ambiente. Os efeitos dos diferentes poluentes atmosféricos na saúde traduzem-se no aparecimento ou agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, particularmente em populações sensíveis como as crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios.

A região de Setúbal compreende duas zonas de grande riqueza ambiental, a Reserva Natural do Estuário do Sado e o Parque Natural da Arrábida. Tratam-se de dois Ecossistemas muito sensíveis e importantes para a preservação da biodiversidade. O turismo ambiental sustentável pode ser também uma boa aposta para o desenvolvimento económico do Concelho. Como tal é importante prevenir a sua conservação.

Nesses dois espaços, coexistem várias indústrias incluídas na diretiva Seveso, estabelecimentos industriais com risco de acidente grave, portanto, com potencial para causar catástrofes ambientais e humanas. O incêndio que deflagrou na madrugada de terça-feira, dia 14 de fevereiro, nos armazéns de enxofre da Sapec Agro, na Herdade das Praias, cujas consequências ainda não são mensuráveis, tal como outros acontecimentos recentes: um incêndio na CITRI, graças à pouca preocupação com a prevenção e segurança da empresa, que durou uma semana a debelar; o recebimento de um carregamento de lixo italiano, sem qualquer contrapartida minimizadora de possível impacto negativo e sem que tal facto tivesse sido previamente comunicado ao município, levou-nos a perceber que este assunto é para levar muito a sério, ainda para mais quando o incidente na Sapec colocou em evidência várias debilidades ao nível da segurança das populações e do ambiente, e dos meios de resposta a uma situação desta natureza.

Sendo a população local a mais diretamente afetada pela ocorrência de um acidente grave assim como, pelas decisões tomadas no âmbito do ordenamento do território, tendo em conta os estabelecimentos perigosos. “Deverão ser essas populações locais a decidir qual o nível de risco aceitável e a escolher alternativas de acordo com as particularidades locais e regionais, tais decisões deverão ser apoiadas por avaliações de risco.”

(Christou & Mattarelli, 2000).

Assim sendo, os eleitos do Bloco de Esquerda nesta assembleia propõem, de forma a salvaguardar a segurança futura da população e do ambiente, que seja criada pela Autarquia uma Comissão de Acompanhamento Ambiental e Cidadania Viva.”

Silvana Paulino (BE) – Queria começar por dizer ou pedir para tirar da parte final, Os eleitos do Bloco de Esquerda, porque não tivemos oportunidade para discutir isto e, portanto, esta proposta é inteiramente da minha responsabilidade.

Se me permitem, antes de falar sobre esta proposta gostaria de relatar um acontecimento, uma situação que se passou na televisão aquando este incidente que aconteceu na SAPEC, fizeram uma reportagem e havia uma senhora a praticar desporto na rua. Essa senhora foi entrevistada e não tinha qualquer noção do perigo que era fazer desporto, da respiração profunda que implica quando se faz desporto e dos perigos que o tipo de poluição que existia na altura no ar podia acarretar para a sua saúde.

Passo então a apresentar este documento.

Começa-se por fazer uma abordagem a vários decretos e diretivas que estão relacionados com o Ambiente e Qualidade do Ar, depois salienta-se a importância do Parque Natural da Arrábida e do Estuário do Sado, eventualmente afetados por este tipo de indústrias que existem lá e que têm a denominação de Seveso, que são indústrias com risco de acidentes graves e com potencial para causar catástrofes ambientais e humanas.

O incidente da SAPEC colocou em evidência várias debilidades ao nível da segurança das populações, do ambiente e dos meios de resposta a uma situação desta natureza.

A população mais afetada foi a que está circundante a estas fábricas, mais sujeitas às suas consequências e que desconhecem completamente ou quase totalmente o perigo que este tipo de indústrias acarreta e desconhecem a forma como se devem comportar quando existe um incidente desta natureza.

Tendo em conta tudo isto, solicito a formação de uma Comissão de Acompanhamento Ambiental e de Cidadania Viva pela Assembleia Municipal e estou disponível para qualquer outro esclarecimento.

João Afonso Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta do Bloco de Esquerda, duas ou três considerações muito breves.

Há de facto um conjunto de questões de ordem ambiental que tem vindo a preocupar os munícipes deste concelho e que esta assembleia deve, naturalmente, discuti-los, apreciá-los e ver de que forma é que pode contribuir para um maior e melhor esclarecimento.

No entanto esta proposta, ainda que no quadro dos seus considerandos, levante um conjunto de questões, depois no quadro da proposta em concreto e da componente deliberativa parecem-nos que fica muito aquém do que seria necessário para podermos acompanhar esta proposta, porque propõe a criação de uma comissão, mas não se sabe quem a irá compor, como funcionará, que competências e servirá para quê. Esta proposta não traz nenhuma informação acerca daquilo que, no concreto, depois nos propõe.

O que, do ponto de vista da nossa bancada, sugeríamos era a possibilidade de esta questão ser apreciada na Comissão de Ambiente, até tendo em conta um conjunto de outras comissões que já existem no concelho, porque temos comissões municipais de Proteção Civil, o Conselho Municipal de Segurança, há um conjunto de entidades que, de alguma forma, asseguram a participação de entidades e de cidadãos em representação, eleitos alguns no quadro da própria Assembleia Municipal. Julgamos que poderia ser interessante a própria Comissão de Ambiente olhar para esta proposta e fazer uma proposta mais concreta do ponto de vista do que é a composição, o funcionamento e as competências de um órgão desta natureza.

Carlos Batista (PS) – O Partido Socialista corrobora com as palavras que o Sr. Deputado João Luz agora acabou de afirmar.

Uma vez que em relação a esta comissão não se sabe como é que vai ser composta, com que meios é que vai funcionar, qual é a missão, acho que a CDU faz uma proposta coerente e deveria realmente esta passar para a Comissão de Ambiente para ser analisada e depois vinha novamente aqui à Assembleia Municipal para tomarmos uma decisão. Estamos de acordo com CDU.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – De resto foi por força desta moção que não usei da palavra no período antes da ordem do dia sobre o incêndio que, infelizmente, deflagrou na passada terça-feira nos armazéns da SAPEC. Também não queria estar a repetir nem perguntas e nem argumentos, em todo o caso não podemos deixar, a propósito desta proposta de constituição para uma comissão, também de começarmos a solidarizarmos com a população, com os bombeiros e com a proteção civil no combate que necessariamente é difícil, independentemente de algumas falhas que alegadamente poderão ter existido, até porque se trata de um incêndio muito específico e com contornos e materiais muito específicos.

Essa palavra tem de ser dada e de forma até não instrumentalizar politicamente algo que foi muito trágico e complicado e que seguramente preocupou todos nós, independentemente das muitas divergências políticas que possamos ter e que seguramente existem aqui nesta sala.

Também dizer, como me guardei para esta moção, que é muito fácil, a posteriori, podermos dizer que houve ou não exagero em matérias de segurança, mas a verdade é que estaríamos todos, se não tivessem sido tomadas essas salvaguardas, a lamentar, caso acontecesse um ou outro caso mais grave.

Nós não faremos esse tipo de instrumentalização, a Direção-geral de Saúde tomou a posição que tomou e creio que andou bem quem tomou a decisão de a acatar. Porque estas matérias não são muito de opinião, pelo menos de opinião política, são mais de fundamento e de consistência técnica. Se há uma frase feita que vale a pena aplicar nestes casos é que *“Mais vale prevenir do que remediar”*.

Dizer também que nos preocupa não só a situação, a circunstância que é descrita com algum rigor nesta proposta e também a capacidade ou não de reação, nomeadamente quer da proteção civil, quer os bombeiros. Mas tudo isso deve ser feito num clima de maior distanciamento dos factos, de maior tranquilidade e não estou a dizer que é o caso, muito menos que é o caso desta proposta, e não em cima dos acontecimentos que seguramente num clima muito mais emocional impedirá qualquer tipo de conclusão e de pensamento racional sobre o que eventualmente possa ter corrido bem e o que possa ter corrido mal.

Por termos essa preocupação, consideramos que esta proposta tem virtualidades, a criação de uma comissão de acompanhamento, nomeadamente junto desta Assembleia e pela Autarquia. Seria até importante para que possamos ter maior esclarecimento das populações, maior sensibilização para também proporcionar condições para que não haja comportamentos não só de risco, mas alguns comportamentos exagerados e até de pânico.

Ao vermos virtualidades nesta comissão, estaremos disponíveis para votar favoravelmente esta mesma proposta de constituição da comissão, o que caberá obviamente ao grupo municipal proponente e se entender que deve baixar à comissão, pois que baixe, mas também não será nada de muito complicado, nem complexo, nem difícil de definir as competências desta comissão.

Já se percebeu, não só pela proposta, como até pela exposição da Sra. Deputada que apresentou esta moção.

Da nossa parte nada a opor a essa descida à comissão proposta pelo grupo municipal da CDU e do Partido Socialista, mas desde já dizer que estaremos na disposição de votar favoravelmente.

Presidente da Mesa – Pergunta-se à bancada proponente se efetivamente está de acordo com o encaminhamento desta proposta, no sentido de aprofundamento e da pormenorização deste assunto, deste tema e no futuro muito próximo, naturalmente, a inscrição numa ordem de trabalhos de uma próxima assembleia de maneira a que possa ser discutido e naturalmente aprovado ou julgado. Ponho esta questão à vossa consideração.

Silvana Paulino (BE) – Plenamente de acordo.

Presidente da Mesa – Decidido pela Assembleia por consenso que a esta proposta será submetida à análise da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade e futuramente incluir este assunto na ordem de trabalhos de uma próxima sessão da Assembleia Municipal.

Vamos passar então à análise da última moção, que é da autoria da CDU e que se intitula “Transferência de Competências”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo nº 23:

“Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de

condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 24 de fevereiro de 2017 delibera:

- 1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.*
- 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto facto indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.*
- 3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.*
- 4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”*

João Afonso Luz (CDU) – Muito sucintamente, tendo em conta até a hora a que nos encontramos.

Na sequência da conclusão dos diplomas relativos à transferência de competências e à lei orgânica das CCDR, o que propomos é que a Assembleia Municipal de Setúbal reafirme a descentralização como uma condição essencial para o desenvolvimento regional, reiterar a exigência do cumprimento do comando constitucional de criação de regiões administrativas, exigir a eliminação de restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana e rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu exercício presente e futuro.

Henrique Guerreiro (BE) – Apenas para dizer que acompanhamos esta proposta da CDU e a votaremos favoravelmente.

Manuel Fernandes (PS) – Muito poucas considerações em relação a essa matéria, uma vez que foi apenas aprovado em Conselho de Ministros, a chamada lei chapéu sobre a descentralização de competências para os municípios em diversas áreas desde a educação, saúde, segurança social, transportes, cultura, habitação e proteção civil.

Esta lei-quadro ou esta lei chapéu, como assim é designada, irá agora seguir os trâmites normais para a Assembleia da República, depois será discutida em especialidade, portanto, qualquer alteração ou qualquer conclusão que tiremos na presente data em relação a esta matéria será apenas especulação. Porque não sabemos ainda qual vai ser o resultado final desta discussão nem a votação na Assembleia da República, nem a discussão em sede de especialidade.

Esperaremos para nos pronunciar e como tal ir-nos-emos abster nesta matéria.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Esta lei-quadro, esta lei chapéu, como foi aqui chamada pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, nem tão pouco foi discutida na generalidade, porque na

verdade o que nós conhecemos é um comunicado do Conselho de Ministros e uma lei que está em discussão pública e que nem deu sequer entrada na Assembleia da República, será agendada até dia 15 de março, porque os agendamentos estão todos preenchidos.

Não diria que é uma lei chapéu, é uma lei fantasma ou pelo menos fantasmagórica, o que é sempre muito difícil estar a discutir uma lei nesse sentido, tanto mais que esta lei tem duas particularidades interessantes.

A primeira é que a maior parte das alterações que propõe, não é mais para o verão, mas lá mais para 2018, o que não podemos deixar de poder ser alguém com menor esperança ou bonomia na boa-fé de todo este processo, da parte do Partido Socialista.

Poderia dizer que estamos aqui numa manobra eleitoralista já que se aproximam eleições autárquicas, só a prometer o que, na verdade, só se promete concretizar depois das eleições ou seja lá mais para 2018.

A segunda, é verdade que prevê uma descentralização em várias áreas como a saúde e até mesmo à própria segurança e com as quais genericamente, creio que nenhum de nós poderá estar em desacordo. Também é verdade que, nessa lei chapéu, é tão chapéu, que a casa acaba num para-quedas, porque remete só para decretos-lei que enuncia este princípio e depois remete para decretos-lei que conheceremos quando for aprovada a lei.

É mais um cheque em branco que se passa, portanto é uma mão cheia de nada e nesse sentido compreendo e acompanho o ponto quatro da moção apresentada pela CDU. Diria até, antecipando tudo isto, que já quer rejeitar qualquer nova transferência de atribuições sem os meios indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro. Pois parece-me avisado. Parece-me avisado, porque parece que é isso que poderá mesmo acontecer.

Em relação ao ponto um, também estamos, evidentemente, de acordo. Reafirmar a descentralização como o essencial para o desenvolvimento local e regional, embora não deixamos de notar que os próprios proponentes, nomeadamente a CDU, mas também o Partido Socialista sempre se opôs a vários diplomas apresentados pela anterior maioria nesta matéria de transferência de competências, portanto também votaremos favoravelmente.

Já não poderemos fazer o mesmo em relação ao ponto dois, porque de uma forma mais ou menos encapotada, falando de regiões administrativas, estamos a falar do que pode acontecer com o diploma das CCDR que é, na verdade, fazer uma regionalização encapotada.

Regionalização essa, chumbada no referendo pelos portugueses e que, de forma alguma, pode e deve ser feita passando por cima da palavra dos portugueses. Qualquer tentativa, mais ou menos disfarçada, nomeadamente com a orgânica das CCDR de fazer a regionalização, passando por cima da palavra dos portugueses, terá o nosso voto contra, bem como nos parece um pouco excessivo exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, relacional, material e humana, porquanto também resulta da lei que terá que haver aqui uma tutela inspetiva da parte do Estado, nomeadamente autarquias, como é o caso das que têm contratos de reequilíbrio financeiro.

Dito isto, votaremos favoravelmente os pontos um e quatro e negativamente os pontos dois e três.

Peço ao Sr. Presidente que faça essa separação para efeitos de votação. Votar em conjunto os pontos um e quatro e votar separadamente os pontos dois e três.

João Afonso Luz (CDU) – No fundamental era para colocar uma questão à bancada do Partido Socialista, independentemente dos tempos em que nos encontramos e relativamente à componente deliberativa desta moção, gostava de colocar a algumas questões.

Independentemente dos tempos e independentemente das fases legislativas, o Partido Socialista do concelho de Setúbal, a sua bancada entende ou não que a descentralização é uma condição essencial para o desenvolvimento local e regional? O Partido Socialista em Setúbal

continua a defender a existência da criação de regiões administrativas e eleitas diretamente pelas populações, enquanto um órgão democrático, no cumprimento de um comando constitucional, exige ou não a eliminação de um conjunto de restrições à autonomia do poder local? Porque o Partido Socialista e esta bancada aqui na Assembleia Municipal, rejeitou não transferências de competências sem serem acompanhadas das respetivas dotações financeiras para o exercício dessas competências.

Gostaria de perceber, independentemente dos momentos em que nos encontramos, e olhando para o que é o conteúdo estrito daquilo que está aqui escrito, se em relação a estes princípios que são enunciados de uma forma até muito genérica e sem olhar para os diplomas em concreto, que ainda não foram aprovados, se o PS acompanha ou não estas preocupações. Se acompanhando, o porquê de uma anunciada abstenção.

Manuel Fernandes (PS) – A posição do Partido Socialista desde 1998 com a rejeição do referendo julgo que ficou claro qual é a sua pretensão quer a nível nacional, quer a nível regional.

Obviamente que o Partido Socialista é um regionalista convicto e a regionalização não pode ser feita nem em cima do joelho, nem a qualquer preço, nem de qualquer forma. O que defendemos, e sempre defendemos, é a descentralização de competências, obviamente com acompanhamento de recursos financeiros e de recursos humanos para a prossecução das políticas públicas e da política de proximidade.

Defendemos a nível nacional com os projetos que nós temos em curso para serem votados na Assembleia e em sede de especialidade. Também já manifestámos esta preocupação e foi o Partido Socialista local que trouxe à discussão aqui nesta casa, nesta Assembleia o projeto que tomou. Diria talvez o primeiro passo dado em relação à nossa região, que foi o projeto do Movimento Ama Alentejo, cuja pergunta que fizemos aqui à Sra. Presidente na altura foi saber o porquê de não ter uma posição definida.

Se há alguém que não tem posição definida é a CDU que anda a reboque dos acontecimentos, porque esperou qual seria o desfecho na área da descentralização de competências agora com o Governo, como também já tinha ido a reboque dos acontecimentos na altura quando o Movimento Ama Alentejo despoletou o debate a nível regional.

Nessa altura, o Partido Socialista, quis colocar em cima da mesa aquilo que seria o debate regional acerca do que deveríamos fazer e o que é que Setúbal deveria defender, em termos de regionalização, o Partido Comunista esperou e agora anda a reboque.

O Partido Comunista é que nunca se definiu em relação a esta matéria. Portanto não há lições a tirar. Há é sim prudências a ter quanto a esta matéria, porque ainda não sabemos o que é que irá ficar decidido, quer a nível de votações, e estamos na expectativa de saber de que forma é que o Partido Comunista irá votar na Assembleia da República e que tipo de debate é que se irá fazer em sede de especialidade.

João Afonso Luz (CDU) – Ó Sr. Deputado, há, de facto, uma estranha dificuldade de comunicação que se tem vindo a agravar de sessão para sessão.

Há uma dificuldade de compreensão e há um outro problema que é o total desconhecimento do que são as posições públicas do PCP. Aconselho vivamente a consultar o *site* do PCP onde encontrará, certamente, muitos esclarecimentos em relação a algumas das questões que aqui colocou e se calhar terá algumas surpresas.

A segunda questão, que é a questão de fundo e que nos interessa em relação a esta moção, é se há um acordo com as questões que aqui estão colocadas e porque é que o Partido Socialista se abstém. Não fiquei a perceber da sua intervenção se está de acordo com o conteúdo deliberativo desta moção e porque é que anuncia que se abstém.

Para mim, compreenda, que é estranho que alguém que está de acordo com os princípios enunciados e que assim o diz, na hora de votar diga que se abstém.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Votar nos termos solicitados, ou seja, um e quatro, dois e três em conjunto, ou um a um, só para facilitar, mas se o Sr. Presidente quiser votar um a um, acho que não é necessário, mas pode perfeitamente votar, pelo menos da parte do PSD e CDS.

Presidente da Mesa – Sinceramente não considere esta proposta, essa mudança, esse tipo de votação. Há, de facto, um sentido global e lógico nos pontos finais da proposta que me parece a mim e à mesa, aliás, que deve conduzir a votação em conjunto dos 4 pontos.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Senhor Presidente, o apoiar a descentralização tem um princípio que é genérico. O apoiar a descentralização não implica ser a favor da regionalização. Não é, não faz parte da mesma lógica, não tem a mesma lógica, além disso para se instituir regiões, como sabe, tem que haver referendo. O povo português já respondeu em 1998 que não queria regiões em voto livre e democrático, é um facto, e não deixa de ser evidente em todo o território nacional.

Por isso, quer o PSD quer o CDS, sempre defendemos a descentralização e a transferência de competências para os municípios. Pessoalmente sempre o disse aqui nesta assembleia ao longo dos anos, que sou a favor da descentralização na área da educação, da saúde, da segurança social, etc., para os municípios.

Não podem é, enfim podem, a maioria manda e a minoria vota como entende, agora não posso é ser obrigado a dizer que só porque não aceitamos, não concordamos com a exigência da criação das regiões administrativas, ter que votar contra o reafirmar o apoio à descentralização. Qual é o problema de nos revermos em alguns aspetos da moção e não nos revermos noutros? Se pretendem que as moções sejam moções de feição, a opção é vossa, não é minha, mas como já foi dito pelo Deputado Nuno Magalhães somos a favor da descentralização.

Somos a favor que a descentralização seja feita em colaboração com a administração central e as várias partes do território nacional dos municípios, através da Associação Nacional de Municípios. Os municípios e as freguesias. Somos a favor e sempre fomos a favor da negociação entre as partes para chegarem a um acordo. Não somos obrigados é a dizer que somos a favor da criação de regiões administrativas, porque pessoalmente sou contra a criação de regiões administrativas.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente, pedi a palavra porque na sequência da sua própria intervenção, quando colocou em causa o pedido ou o pressuposto da bancada da direita em votar ponto por ponto, também, tal como Vossa Excelência, penso que não faz sentido, tendo em conta que, por aquilo que se depreende da própria moção há um princípio. A única dificuldade que temos em perceber é que esse princípio não vai ser aplicado, porque ainda não há matéria para podermos ajuizar se há ou não necessidade de reforçar meios financeiros, se há ou não necessidade de reforçar meios humanos, de que forma, qual o modelo, que tipo de programas, que matérias, porque o debate ainda não foi feito.

Sabemos que há uma fase que será para um debate feito sectorialmente e os decretos-lei irão sair, isso foi decidido e está na resolução do Conselho de Ministros e a matéria irá ser determinada sectorialmente.

O que sabemos é ainda muito pouco para estarmos a ajuizar ponto a ponto e podíamos sim fazer uma avaliação de conjunto. Daí que serei absolutamente de acordo com Vossa Excelência e com aquilo que já aqui foi dito, mas acho que não há necessidade de estarmos a votar ponto a ponto, uma vez que a matéria está clara, é transparente, é apenas uma questão de



princípio e a nossa abstenção até reside essencialmente por aí. Como ainda não há matéria para podermos votar, não podemos ajuizar nem tornar valorativa aquilo que ainda não há, como tal a nossa abstenção na globalidade e não ponto por ponto.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Não me parece que seja uma questão tão essencial para prolongar o debate, por uma razão muito simples, confesso a minha surpresa, a minha estupefação mesmo por um órgão deliberativo em que os próprios proponentes separam a sua deliberação em pontos não seja permitido votá-los separadamente. Isto acontece em qualquer Assembleia de Freguesia, Assembleia da República ou Parlamento Europeu, em qualquer lado do mundo. Sendo assim, Sr. Presidente, temos aqui um precedente que acho um pouco perigoso, porque na próxima vez farei uma moção intencional e dolosamente misturarei alhos com bugalhos e obrigarei as pessoas a votarem contra a sua própria consciência.

Na verdade todos sabemos, ou a maioria de nós, e temos experiência e habilidade política para em cinco pontos fazer um ponto unânime e consensual e três que são absolutamente inaceitáveis para este ou para aquele, mais à direita ou mais à esquerda.

Julgo que para a boa condução dos trabalhos e em jeito de interpolação à Mesa, peço que reconsidere, porque nem sequer é ponto a ponto, é juntar dois pontos, o que ocorre todas as sextas-feiras a pedido de todos os grupos parlamentares na Assembleia República Portuguesa como em qualquer outro órgão deliberativo.

Vítor Ferreira (PS) – Não sei se serei oportuno, mas por causa desta questão de podermos votar os considerandos um a um ou a matéria debatida uma a uma, ou duas a duas, gostaria de saber se a bancada do PSD/CDS-PP só exige a reposição das freguesias para o ponto um e dois, ou se já não exige para o três e quatro.

Está cá e as moções são apresentadas e têm uma lógica, por isso é que há os considerandos e diz assim, é só por curiosidade, “...*exigem ainda a reposição das freguesias*”.

Agora fiquei com dúvidas, o PSD e o CDS-PP exigem as reposições das freguesias, mas só para dois pontos, não para os outros dois, é que vi isto como um todo.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – A pergunta é muitíssimo pertinente e vou tentar que a resposta seja à altura da pertinência da mesma.

Como o Sr. Presidente sabe o que se vota não são os considerandos, é a parte resolutiva e deliberativa. Evidentemente que eu posso discordar e discordo. O Sr. Deputado não quer reposição nenhuma de freguesias! Não, não quer!

Agora há uma coisa que eu quero, mais e melhor descentralização e quero ter a liberdade de poder dizer que daqui estou de acordo com a CDU. Há outra coisa que eu quero, é que essa descentralização seja feita de uma forma séria e não ser feita só no papel dizendo que se descentraliza e depois não se transfere verbas para o orçamento.

Isso quero e acho que é um direito que tenho enquanto Deputado e um dever que tenho para com os munícipes que me elegeram. Da mesma maneira que assumo todas as consequências políticas e daí dizer que sou contra a regionalização, sim, sou contra que se faça sem referendo, sim, e se fizerem referendo irei para a rua contra a regionalização.

Serei julgado como todos nós pelo povo, não posso ser inibido por nenhuma assembleia de dizer isto, Sr. Presidente.

João Afonso Luz (CDU) – Não sei se a minha intervenção ajuda, mas havia um costume nesta assembleia, em caso de pedido de votação ponto por ponto, esse pedido deveria ser dirigido à bancada maioritária, acedendo ou não.

Do nosso ponto de vista, não vemos qualquer inconveniente em que o seja, no entanto, aquilo que era norma em votações deste tipo é na sequência da votação ponto a ponto das deliberações e existir uma votação final com o texto na sua globalidade, porque pode acontecer que existam alguns pontos deliberativos que não sejam aprovados. Esta era a forma como aqui nesta casa, muitas vezes, votámos um documento desta natureza.

Reafirmo que, pela nossa parte, não temos qualquer inconveniente em votar a moção ponto a ponto e seguidamente fazer a votação final na globalidade do documento.

Vitor Ferreira (PS) – Só para dizer que subscrevemos inteiramente o que acabou de ser dito, porque se não qualquer dia as bancadas fazem um trabalho de fundo, de preparação das moções, mas depois outras bancadas rasgam perfeitamente a matéria de reflexão dos considerandos e depois votam à peça e faz-se de conta que não tem nada a ver com os considerandos ou não faria sentido. Estou perfeitamente de acordo com o que acaba de ser dito, aliás, esta bancada vai acompanhar.

Presidente da Mesa – Julgo que está clara a situação e há argumentos válidos de ambos os lados, de ambos os pontos de vista e na realidade não é justo, digamos, assim, obrigar uma bancada a negar-se a si própria ou negar certo tipo de posições que tem só porque a seguir vem um argumento contrário.

Julgo que o consenso e o bom senso aconselham a que se faça uma votação desta moção por pontos e depois eventualmente fazer uma votação global.

Henrique Guerreiro (BE) – Pedimos a palavra justamente para vos dar a nossa posição sobre o método de votação.

Num órgão deste tipo, parece-nos que sempre que é possível encontrar o maior consenso possível sobre as deliberações tomadas nesta assembleia, deveremos fazer tudo para que isso aconteça.

Do nosso ponto de vista, a única forma de respeitar este princípio é fazer a votação ponto por ponto, não há outra forma, porque não vale a pena excluir do consenso grupos políticos, ou deputados que estão de acordo com algumas das deliberações. O voto é claro assim, não vale a pena procurarmos, terá de vestir depois o voto para que futuramente nos possamos acusar de votar contra esta proposta, de votar a favor desta proposta, quando este voto é preciso.

O voto ponto por ponto é o que nos responsabiliza a todos sobre cada uma das deliberações que aqui tomarmos e nesse sentido parece-nos que o mais adequado é fazer a votação ponto por ponto.

Presidente da Mesa – Julgo que está adquirida a consciência e o consenso de que esta é a melhor maneira de votar a moção e é exatamente essa a metodologia que vai ser seguida.

Não havendo mais intervenções foram os pontos um e quatro da moção aprovados por maioria, com 28 votos a favor, 19 da CDU, 5 do PSD/CDS, 3 do BE e 1 AC, e 10 abstenções do PS. Os pontos dois e três aprovados por maioria, com 23 votos a favor, 19 da CDU, 3 do BE e 1 AC, 5 votos contra do PSD/CDS e 10 abstenções do PS.

Na votação geral a moção foi aprovada por maioria e em minuta com 23 votos a favor, 19 da CDU, 3 do BE e 1 AC, e 15 abstenções, 10 do PS e 5 do PSD/CDS.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Senhor Presidente é só para, em jeito de declaração de voto, remeter para as intervenções que foram feitas por mim e pelo Sr. Deputado Paulo Valdez durante esta discussão, onde ficou muito claro que somos a*

favor da descentralização, mas contra qualquer tentativa encapotada de fazer uma regionalização, não respeitando a vontade popular.”

Paulo Valdez (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “O Sr. Deputado Nuno Magalhães já disse o essencial.

Acima de tudo o que o que nós quisemos foi reafirmar que o importante é o nosso apoio incondicional à descentralização e à transferência de competências da administração central para os municípios. Isso é que é fundamental e naturalmente há aqui um aspeto que é a criação de regiões administrativas conforme diz a Constituição no seu artigo 256.º, que sem o voto popular não há regiões.”

Presidente da Mesa – Terminámos este ponto, terceiro e último ponto, deste período e entraremos agora na discussão e análise da ordem de trabalhos.

Digo entraremos, no condicional, porque chamo a atenção para o facto de passar da uma da manhã e punha à consideração da Assembleia se é útil, justo, correto e mais proveitoso continuarmos os trabalhos ou se, pelo contrário, deveremos adiar os trabalhos para a próxima segunda-feira.

João Afonso Luz (CDU) – Não vemos qualquer inconveniente no desdobramento desta sessão da Assembleia num outro dia. No entanto, a data proposta parece-nos inconveniente tendo em conta que terça-feira há uma tolerância de ponto concedida, há trabalhadores nesta casa que estariam a trabalhar, porque certamente entraremos pela meia-noite dentro e não parece de todo conveniente.

Vitor Ferreira (PS) – Este não é de todo o meu tema preferido, mas na questão da data acompanhamos aquilo que foi dito pelo Deputado João Luz.

Presidente da Mesa – Concorde-se, de facto, que existem alguns inconvenientes para segunda-feira, não intransponíveis de todo para alguns, mas, se calhar, para outros sim.

Sugiro quarta-feira e ponho à consideração da Assembleia. Temos que arranjar um dia para trabalhar e para tratar do resto dos assuntos.

Parece que na quarta-feira há um impedimento de vulto que é exatamente haver reunião de câmara e para o executivo é pesado.

Mas dois dias depois, e não é muito, é sexta-feira e talvez fosse melhor, mantinha-se a regra de ser antes de sábado.

Se de facto não houver da parte da Assembleia argumento poderoso, pesado que consiga demonstrar o inconveniente de sexta-feira, eu convocarei para a próxima sexta-feira.

Faça favor Sr. Deputado Nuno Magalhães.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Senhor Presidente, não tenho nenhum argumento nem de peso, nem pesado, por isso só posso fazer um apelo é que faço anos no dia quatro e vou para fora, não pode ser quinta-feira?

Sei que não é um argumento de peso, nem pesado, é bastante leve, mas não poderá ser na quinta-feira?

Presidente da Mesa – A sugestão do Sr. Deputado Nuno Magalhães julgo que vai contra o princípio que é o de marcar as assembleias exatamente para as sextas-feiras. Há uma razão poderosa que é ao sábado não haver trabalho e consequentemente podermos estar até mais tempo, até mais tarde, que é o que, seguramente, vai acontecer com esta ordem de trabalhos.

Estou neste momento convocando a continuação dos trabalhos desta assembleia para a próxima sexta-feira.

O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão quando era uma hora e vinte minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e dezassete.

Aos três dias do mês de março de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Alberto Manuel Sousa Pereira, em substituição do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada pela Deputada Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, que exerceu as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado e Paulo Rui Santos Reisinho Valdez.

Bloco de Esquerda – Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira, em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 24 e 25.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Afonso Augusto da Silva Luz, Luís Alberto Miranda Custódio, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, Maria Lídia Soares Pinto, Mário Jorge Pereira Gamito Gomes e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 26 a 32, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 33 a 36, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva e Fernando Manuel Monteiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 37 a 39, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de substituição, Henrique João da Costa Guerreiro, conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, José Manuel Godinho Lopes, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicado a respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, José Manuel da Silva Lopes Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Faltou a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, que não apresentou pedido de substituição.

IV – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades anual 2016

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação ao anexo número dois “Contrato Reequilíbrio Financeiro”, gostaria de saber qual é a justificação para a diminuição de cerca de quase seis milhões de euros sobre os impostos diretos, comparando o quarto trimestre de 2015 com o quarto trimestre de 2016. Qual foi o motivo desta quebra de receitas no último trimestre do ano?

Saber se se concretizou em 2016 o empréstimo referente ao contrato de saneamento financeiro?

Vereador Manuel Pisco Lopes – Em relação aos seis milhões, não tenho de momento dados para poder explicar em concreto essa evolução. Quanto ao saneamento financeiro, talvez daqui a pouco já consiga alguma informação mais concreta. Essa informação que agora referiu de 2015 para 2016 da receita prevista, eram previsões e a concretização é de anos transatos e foi o resultado que deu, mas se há alguma causa mais pesada, não lhe sei dizer de momento. Quanto ao saneamento financeiro, o processo está no Tribunal de Contas a aguardar o visto para prosseguir. Os procedimentos com os bancos já estão todos tratados, apenas está na fase de apreciação do Tribunal de Contas.

Entrou a Sra. Deputada Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes.

2. Deliberação n.º 02/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAF – Adenda à Proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho de Setúbal para o Mandato 2013-2017) - Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Azeitão para a área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Joaquim Pires (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU, PS e AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Carlos Batista (PS) – Estas comissões só têm razão de existir se os vereadores e os técnicos estiverem presentes nas comissões, porque as forças políticas, para discutirem as propostas temos o plenário. O Sr. Vereador André Martins não foi muito gentil com a comissão, porque poderia eventualmente informar que não estaria presente, mas não o fez, não respeitou a comissão, porque são cidadãos que veem aqui, saindo da sua zona de conforto, dar o seu melhor e depois são confrontados com a ausência dos eleitos. Não foi a primeira vez que já aconteceu. Temos que rever esta questão das comissões, porque só fazem sentido se tiverem os eleitos, para discutir tecnicamente as propostas, para depois chegarmos ao plenário e temos a consciência daquilo que estamos a votar.

A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou não se pronunciar sobre as propostas constantes na Ordem de Trabalhos devido à ausência de responsáveis políticos e técnicos que pudessem fundamentar as propostas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

Presidente da Mesa – O Senhor Deputado fez bem em levantar a questão. Numa próxima reunião da Comissão Permanente vamos ter que debater este assunto, que já é muito velho na Assembleia Municipal, mas teremos sempre que arranjar soluções.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, sendo 16 da CDU, 9 do PS e 3 do BE, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Entrou o Sr. Deputado João António Vicente.

3. Deliberação n.º 55/17 – Proposta n.º 02/2017 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho de Setúbal para o mandato 2013-2017). Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a União de Freguesias de Setúbal na área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU, PS e AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – Esta proposta vem colmatar uma necessidade que nós tivemos e que estava inscrita no protocolo inicialmente estipulado com a Câmara Municipal, nomeadamente com a cedência de uma máquina varredora disponibilizada para a União das Freguesias. Por motivos de questões operacionais as viaturas da Câmara Municipal não tiveram disponíveis, por essa razão tivemos que proceder a aluguer de um equipamento semelhante. Esta situação vem repor as verbas que já foram gastas com o aluguer dessa varredora, a qual foi essencial, fundamentalmente durante a época da folha, para procedermos à limpeza condigna e também podermos honrar o compromisso que temos em relação a estes acordos de execução.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, sendo 17 da CDU, 9 do PS e 3 do BE, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

4. Deliberação n.º 56/17 – Proposta n.º 03/2017 – GAF – 2.ª Adenda à proposta n.º 02/GAF/2014 – Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de São Sebastião para o mandato 2013-2017 – Alteração ao artigo 6.º - A, aditado pela proposta n.º 03/GAF/2015

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor da CDU, PS e AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) – Duas notas telegráficas sobre o que é que se está a passar relativamente a esta adenda. Ela radica numa decisão política substancial tomada em 2002/2003, de um alargamento significativo daquilo que foi a delegação de competências. Neste mandato conhecemos novas delegações de competências, nomeadamente no seguimento do desenvolvimento do programa “Nosso Bairro Nossa Cidade”, cujo programa é desenvolvido para o território da Bela Vista e em parceria também com a Junta de Freguesia de São Sebastião. Muitas ações foram desenvolvidas no âmbito deste programa, pela necessidade de algumas intervenções de reabilitação do espaço público e também do edificado, através da constituição de brigadas. Em boa hora fazemos uma avaliação positiva de todo o trabalho que foi realizado até agora, do trabalho desenvolvido pelo envolvimento dos moradores, na reabilitação de todo aquele património. O envolvimento dos moradores tem sido muito interessante, porque eles estão organizados e decidem as intervenções que devem fazer, no âmbito da discussão coletiva e nos diferentes espaços que existem disponibilizados do próprio programa. Tem sido muito feliz o desenvolvimento deste programa. Em boa hora vai ser possível estender estas intervenções naquele território. Se houver alguma dúvida estarei em condições para esclarecer.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, sendo 17 da CDU, 9 do PS e 3 do BE, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

5. Deliberação n.º 57/17 – Proposta n.º 11/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, pelo período de 36 meses

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Gostaria de saber se obtenho agora a informação que solicitei na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças, que é a seguinte: Há quanto tempo é que a empresa de Revisor Oficial de Contas, Sebastião & Santos prestam serviço à Câmara Municipal de Setúbal?

Na altura não obtive essa informação, mas passado este tempo todo, quase duas semanas, a Câmara Municipal já deve ter tido tempo de obter esses elementos.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Pedia autorização para que o Senhor Diretor de Departamento se souber neste momento, possa dar essa informação. Acho que já tinha havido

renovação desta prestação de serviços, agora exatamente quantas renovações foram, de momento não lhe sei dizer ainda. Este ROC já tinha renovação da prestação.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do PSD/CDS votou a favor, mas espera que a Câmara Municipal tenha o cuidado de informar os autarcas, há quanto tempo a empresa de Revisor Oficial de Contas, Sebastião & Santos presta serviço à Câmara Municipal de Setúbal. Foi uma pergunta que fizemos e faz na próxima segunda-feira, 15 dias.*

*É fantástico como ainda não conseguimos ter uma resposta!
Deve ser o respeito à democracia representativa!”*

Vereador Manuel Pisco Lopes – Para informar que são seis anos.

6. Deliberação n.º 59/17 – Proposta n.º 13/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª Revisão ao Orçamento

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, 1 voto contra do PSD/CDS e 1 abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU, 3 abstenções do PS e BE e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PSD/CDS e 12 abstenções, sendo 9 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Entraram os Srs. Deputados Domingos Moreira Semedo e Nuno Filipe Cação Marques.

7. Deliberação n.º 61/17 – Proposta n.º 15/2017 – DAFRH – Abertura do Procedimento de Contratação de Empréstimo de Médio e longo Prazo – Orçamento 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, e 3 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Joel Marques (PS) – Esta proposta vem dar razão àquilo que o Partido Socialista tem defendido sistematicamente, sempre que nesta casa se discute orçamentos, as receitas da Câmara, as receitas normais, aquelas que não dependem da contratação de empréstimos, são suficientes apenas para cobrir a atividade normal, não são nem de perto nem de longe, sustentação para investimento e para a obra que tem sido feita. Estas intervenções que nos são

propostas não nos suscitam qualquer tipo de dúvidas. Gostava de colocar uma questão ao executivo, que se prende com aquilo que é a argumentação apresentada na própria proposta. Pretende-se em 2017, efetuar um conjunto de investimentos, aproveitando o melhor possível as participações comunitárias, depois são-nos apresentadas obras cuja sustentação financeira depende da contratação do empréstimo, obras que já estão em execução e sem que esta proposta de empréstimo tenha sido aprovada, obras que foram feitas em 2016, como é o caso da repavimentação da Rua da Escola Técnica. Gostaria de saber, relativamente a outras obras que não tive oportunidade de confirmar, se estavam em execução, se estavam feitas, se estavam a preparar para começar.

O que é que o município nos propõe?

Será que o município nos propõe a contratação de um empréstimo de médio longo prazo para suportar obras que vão ser contratadas em 2017?

Será que estamos a falar de um empréstimo que mais uma vez vem tapar buracos e dívidas a fornecedores, que já existem desde o ano passado?

Vereador Manuel Pisco Lopes – O Senhor Deputado Joel Marques começou muito bem, é um dado histórico que as receitas do município não são muito folgadas para suportar diretamente sem recurso a apoios, aos investimentos que o concelho precisa. O que está proposto, recordando o histórico da nossa gestão financeira nos nossos mandatos, é ausência de recursos em empréstimos financeiros. Só há dois anos é que começámos a recorrer aos empréstimos financeiros, nomeadamente para pagamentos em atraso e para ter a disponibilidade de fundos para as obras, para as despesas que são efetuadas. O que está na proposta pode dar a entender que é só para 2017, mas é para fazer disponibilidade financeira, para acorrer às participações dos projetos com participação comunitária, que implicam da Câmara um esforço em média de 50%. Nalguns casos pode ir a menos. Essa disponibilidade exige esta gestão financeira, que é ir buscar crédito bancário para o qual há margem de financiamento, para pagar as obras que estão a ser lançadas e algumas obras que eventualmente já tenham sido iniciadas em 2016. Trata-se de recorrer a receitas financeiras por crédito bancário para fazer pagamentos e não é para iniciar obras. Na proposta refere exatamente para quais são as obras a custear neste empréstimo. Para aproveitar melhor as participações comunitárias, esses investimentos terão que ser da folga deixada por obras cobertas por crédito bancário. Com este ato de gestão financeira, cobrindo estas despesas com este empréstimo, deixamos disponibilidade financeira para acorrer às obras que vem aí. É preciso ter disponibilidade para aquelas que em 2017 estão candidatas, caso venham a ser aprovadas, têm que ser executadas com disponibilidade financeira do município.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor da CDU e 18 abstenções, sendo 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

8. Deliberação n.º 82/17 – Proposta n.º 08/2017 – GAP – Aquisição através de leasing imobiliário da Praça de Touros Carlos Relvas

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor da CDU, PS e AC, e 2 votos contra do PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PS e 2 votos contra do PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Carminda Ferreira (PS) – Mais uma vez não esteve ninguém da vereação presente na Comissão de Educação e Cultura, ficamos com a sensação de que esta comissão não merece grande interesse por parte da vereação, o que é uma pena, porque nós até tínhamos bastantes questões a colocar.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – No ponto anterior abstivemo-nos por uma situação de investimentos, de acordo com um dos fundos comunitários em que há necessidade de acabar as obras. Como é que há coragem para nos apresentarem um novo investimento para Setúbal? A proposta refere o procedimento da contratação de “leasing” imobiliário, inclusivamente até refere os *spreads*. Não sabemos que bancos é que vão alinhar nesta situação. A proposta peca igualmente por não saber os custos de manutenção, dentro do próprio *leasing* imobiliário e qual é o dinheiro que vai ser gasto em obra. Qual é a finalidade do próprio espaço? O objetivo da Câmara é adquirir este espaço para acabar com as touradas? Esta proposta peca por defeito, não esclarece e não nos dá muita margem para opinar, porque está isenta de informação e pouco diz acerca do tema, é mais um investimento.

Albérico Alho (BE) – Há várias razões que impedem o Bloco de Esquerda de estar entusiasmado com esta proposta de compra da praça de touros Carlos Relvas. A Câmara Municipal não se pode transformar numa agência de promoção imobiliária, a Câmara não tem possibilidade nem tem capacidade de competir com a Imobiliária REMAX e a vocação da Câmara Municipal não pode ser o de aproveitar uma “pechincha de ocasião”, as funções e as competências da Câmara vão muito mais para além desta dimensão e devem-se centrar nas questões da educação, da cultura, do bem-estar dos cidadãos, na promoção da qualidade de vida.

Mesmo que a compra fosse uma “pechincha” ou um achado, até poderíamos dar isso de barato, mas resta dar respostas a um conjunto de questões que lhes estão associadas. Há alguma ideia de quanto é que se vai gastar com a restauração e com recuperação deste edifício?

Há alguma ideia da dimensão dos custos de manutenção deste edificado?

Temos alguns exemplos recentes que devem ser motivo de preocupação, o aumento dos custos exponenciais da obra da Av. Luísa Todí (aqui não está em causa a bondade da obra). O aumento exponencial dos custos são motivo de preocupação e deveriam ser motivo de aprendizagem para todos nós.

A Câmara Municipal está endividada e tem sido justamente esse endividamento, que tem justificado o estarmos a pagar os impostos mais altos do país. Se a situação financeira fosse outra, até podíamos dar de barato, que pudesse haver esse tipo de veleidades, no entanto, neste quadro das dificuldades financeiras as prioridades da Câmara deviam ser outras, deveria ser ao nível de investimento social, ao nível da cultura, da educação e do bem-estar dos cidadãos.

Do ponto de vista do Bloco de Esquerda deve haver uma nova prioridade para criar novas centralidades na cidade. A maior parte dos investimentos têm-se centrado no chamado centro histórico e é natural que assim tenha acontecido, porque grande parte do património histórico edificado está aí centrado. A parte oriental da cidade não têm sido objeto de novos investimentos, não tem sido objeto de criação de novos equipamentos.

A mudança da Feira de Sant'Iago, que nós nos opusemos e na altura dissemos que ela ficava melhor na Av. Luísa Todí, mas lembro que também dissemos que podia ser uma oportunidade para ajudar a criar uma nova centralidade na parte oriental da cidade. Depois destes anos de balanço, o que nós podemos dizer é que foi uma oportunidade perdida e devemos criar condições para mudar e criar novas dinâmicas. Deveria ser um objetivo estratégico da gestão da cidade, promover novas centralidades, uma cidade moderna, tal como nós somos e cada vez podemos ser mais, tem que pensar em novas centralidades e não concentrar tudo no velho centro histórico. Não vão dizer que agora que a praça de touros não é rigorosamente dentro das muralhas medievais, é certo que não é, mas a lógica está presente.

Num dos considerandos desta proposta é referida a necessidade de preservar o património edificado referente à praça de touros. Não contestamos a importância de preservar o património histórico e o património edificado. Aplaudimos já nesta assembleia, a determinação e o voluntarismo da Câmara em preservar o Convento Jesus, em recuperar a Casa da Cultura, a Casa das Quatro Cabeças, bem como outras intervenções feitas pela Câmara. É tudo uma questão de prioridades, como os recursos são poucos e são escassos, temos que fazer escolhas, sendo que esta escolha não devia ser uma prioridade.

A obra do Convento de Jesus está longe de estar concluída, apesar das últimas informações nos parecer que não está esquecida, significa que impõe muitos milhões de euros ainda para que ele possa ter a recuperação total que devia ter. O Convento de São Francisco está em ruínas e os portais góticos do Hospital de João Palmeiro (que são uma das principais joias do nosso património histórico) estão criminosamente ao abandono, o Portal da Gafaria (que é um monumento nacional), que referi na anterior reunião da sessão da Assembleia, que decorreu na semana passada, não fiquei nada tranquilo com a resposta que me foi dada e penso que os nossos concidadãos não ficarão tranquilos com esse tipo de resposta.

Havia um conjunto de prioridades de outro tipo, que certamente esta assembleia devia considerar. Que tipo de valências estão a pensar neste espaço?

Vai haver poucas touradas ou vai haver muitas touradas, o que que é que vão fazer mais?

Qual é a previsão de quantos espetáculos por ano, se vão operar neste espaço?

Um dos considerandos da proposta é a necessidade de um espaço no concelho para albergar milhares de pessoas, que justifica legitimar uma resposta.

Quantas salas de espetáculos há no país para mais de quatro mil pessoas?

Será que esse levantamento foi feito?

Lembro a este propósito, que o auditório José Afonso, uma obra do regime, uma obra do ex-presidente Carlos Sousa, é um elefante branco com uma utilização residual e que poderia ser bem aproveitado para milhares de pessoas.

Fazer uma interpelação direta aos camaradas dos Verdes: no caso de continuar a promover touradas, os Verdes vão ser coprodutores das touradas coorganizadores ou vão ter algum papel especial, que vá ditar possivelmente uma originalidade da sua intervenção política?

Carlos Batista (PS) – O Partido Socialista revesse na maior parte das intervenções dos deputados anteriores e vem confirmar que esta proposta vem muito mal fundamentada. O Partido Socialista não está eufórico com esta aquisição. Nota-se na assembleia que ninguém está eufórico com esta aquisição. Por ela não estar fundamentada, já se colocaram uma série de questões, que são pertinentes e importantes, porque não estamos a falar só de um milhão e duzentos mil euros, estamos a falar também da recuperação, que está relacionada com o uso que pretendemos dar àquele equipamento. Também já se falou da sua manutenção e isso preocupa-nos.

O espaço envolvente da praça de touros tem uma série de habitação, que formam o conjunto arquitetónico. É uma pena vermos aquelas casas que já foram habitadas, atualmente estão

totalmente degradadas. Gostaria de ver aquela zona recuperada, habitada a ter ali vida, porque é extremamente importante. É evidente que a Câmara não pode fazer tudo. Disse o Bloco de Esquerda que nós não nos podemos sobrepor ao privado, mas quando pretendemos fazer uma coisa, temos de ver o seu conjunto e parece que essa parte não foi bem pensada. Em todo o caso, o Partido Socialista vai votar a favor desta proposta.

João Luz (CDU) – Algumas questões, algumas interrogações em torno desta proposta sobre o *leasing* para a compra da praça de touros. A CDU tem ao longo dos últimos mandatos insistido numa política de recuperação de alguns equipamentos e de algum património municipal, destinando a um conjunto de fins, que foram boas opções e correspondem àquilo que tem sido a revitalização da cidade, designadamente no plano cultural e na afirmação de uma imagem diferente daquilo que é o município e a cidade. Já foram colocadas algumas questões em torno dos custos. Eu também coloco uma questão de custos.

Qual é o custo de permitir continuar a assistirmos à degradação de um espaço como aquele, com um conjunto de possibilidades e de potencialidades para albergar um conjunto de valências?

Qual seria a posição de algumas das bancadas, que hoje colocam dúvidas, se o município de Setúbal não intervisse na defesa daquele património e não propusesse um determinado uso?

Seria interessante fazer esse exercício, provavelmente teríamos algumas surpresas, porque algumas das dúvidas não são novas e já assistimos a dúvidas destas em relação ao Quartel do 11, em relação ao Convento de Jesus, em relação às próprias encostas do Forte S. Filipe, à compra da Casa da Cultura e sua transformação. Já ouvimos no quadro desta assembleia, por diversas bancadas e nas diversas intervenções, um conjunto de interrogações em tudo semelhantes, algumas a vida veio tratar de as resolver e alguns daqueles que levantaram essas dúvidas, hoje estão mais esclarecidos.

Faz ou não faz falta a Setúbal, a uma cidade com esta dimensão, a uma capital de distrito que diz que se quer afirmar no panorama regional e no panorama nacional, um espaço que lhe permita albergar eventos desportivos e culturais com aquela dimensão?

A intervenção da bancada do Partido Socialista levantou-me uma questão. Se a intervenção na praça de touros permite ou não permite, que à volta daquele espaço, mesmo do ponto de vista do investimento privado, exista um interesse e uma vontade de recuperar muito daquele património que está ao abandono, revitalizando aquele bairro à volta da praça de touros?

Não falando em nome de um Partido que não é o meu, não deixo de afirmar, mesmo que os Verdes tivessem essa posição no município de Setúbal, não seria originalidade nenhuma, porque sabemos bem quantas touradas foram realizadas em Salvaterra de Magos, durante o mandato do Bloco de Esquerda, com dinheiros públicos. Conhecemos bem e nada justifica, apenas serve para dizer que não é uma originalidade, não irá acontecer certamente e o Partido em causa não cairá nessa contradição. Não é originalidade nenhuma, porque é essa a forma dos senhores a tratá-la.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação a esta proposta, colocámos algumas questões na Comissão de Economia Administração e Finanças, mas não obtivemos nenhuma resposta. A Câmara propõe-se gastar mais de um milhão de euros, num edifício para o qual não sabem o que é que vai ser no futuro. Não têm um programa para a utilização do edifício, não sabem quanto vai custar além do milhão de euros, porque normalmente a compra do bem é o mais fácil, tal como vimos com outros edifícios em Setúbal. Vimos aquela maravilha que foi construída no Parque José Afonso, que custou na altura quatro milhões e meio de euros, fora tudo o resto que já se gastou e não serve para nada, a não ser para um dia deitar abaixo.

Relativamente ao Quartel do 11, enquanto vereador votei a favor da compra que custou dois milhões e meio de euros, sabíamos que havia uma instituição ou uma entidade que iria tratar daquele espaço (a Escola de Turismo e os Fundos Comunitários), ficaria razoavelmente tranquilo, o que não é o caso com esta aquisição. Na discussão que tivemos na Comissão de Economia e Finanças ficou claríssimo que ninguém sabe o que vai acontecer com aquele edifício. Quem percebe o enquadramento da praça de touros e o que está enquadrado à sua volta, certamente poderá verificar que aquilo não vai ter um desenvolvimento por-aí-além, porque aquilo não dá para muito mais. Pelas construções que foram feitas mais abaixo viu-se o sucesso que tem sido aquela zona, de desenvolvimento urbanístico e de criação de riqueza.

Num município, onde já foi dito por oradores anteriores, onde pagamos os impostos mais altos do país, quer no IMI, IRS ou na Derrama e em troca disso vamos comprar uma praça de touros, para o qual não sabemos o que vamos fazer com ela!

O dinheiro não é de quem o propõem, porque se fosse certamente que pensariam com muito mais cuidado, mas como o dinheiro é dos contribuintes, não há problema!

Não me revejo nesta proposta, ela não está devidamente fundamentada. Por isso é que os dinheiros dos orçamentos municipais e de outras entidades não chegam.

Quando se fala na promoção da habitação social para as pessoas necessitadas desta terra, a Câmara Municipal diz que não é da sua responsabilidade, no entanto, comprar uma praça de touros é uma função primordial do município. Acho tudo isto muito espantoso onde vamos gastar este dinheiro, para que no futuro, naquele espaço aconteça alguma coisa.

Não é comparável com o Fórum Luísa Todí, mas lembro que o orçamento era de dois milhões e meio e ultrapassou os oito milhões, mas esse edifício ainda tem uma utilidade pública reconhecida, agora neste não há previsão.

Só espero que não aconteça o mesmo que acontece com aquele mamarracho que está no Parque José Afonso, que já custou vários milhões de euros ao erário público, que temos de pagar com os nossos impostos.

Albérico Alho (BE) – Infelizmente o Senhor Deputado Afonso Luz não respondeu a nenhuma das questões que nós colocámos, não deu resposta a nenhuma das nossas preocupações e não conseguiu justificar absolutamente nada desta proposta faraónica do executivo, mas aproveitou o tempo de intervenção para utilizar uma “laracha” sobre Salvaterra de Magos, que é utilizado pela direita. Devo informá-lo, para sossego da sua consciência, que ainda a semana passada, num encontro autárquico do Bloco de Esquerda, um camarada meu de Salvaterra teve oportunidade de informar a comunicação social, que não foi gasto um cêntimo dos dinheiros públicos. Oxalá possa aqui dizer no futuro, com Verdes ou sem Verdes, que a edilidade de Setúbal não gasta, não gastou e não gastará o dinheiro público em touradas ou outras pessegadas do mesmo tipo.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Se me quisesse aproximar do mau gosto do Presidente da Comissão Europeia Junker, poderei começar por dizer que está a ficar muito interessante esta faena retórica, não fosse o caso de estarmos em Assembleia Municipal. Em todo o caso, sem a expressão faena o debate é interessante e tem os condimentos que justificam, as quais julgavam que tivessem sido reconhecidos na Comissão de Economia e Finanças. Vou tentar repetir as explicações que apresentei, mas que afinal, ao contrário do Deputado Paulo Valdez, não existiram ou não existiram convincentemente.

Estranho a primeira intervenção do Deputado Albérico Alho e não estou habituado a ver da sua parte intervenções desse tipo, ao comparar a Câmara a uma imobiliária REMAX. Andamos a comercializar prédios? Viu isso em quê?

Falhou qualquer coisa aí!

Se disser que a Câmara é uma entidade pública que tem feito muito para a aquisição de património para o município, para a sua valorização, para a sua requalificação e para uma inovação enorme do património municipal. Aí tem toda a razão!

Não nos confunda com nenhuma imobiliária, confunda-nos como uma entidade autárquica, pública, responsável pelo património, pelos equipamentos que estão no seu território. A prioridade é sempre o argumento mais fácil da oposição.

Na realidade trata-se de uma oportunidade de recuperar um equipamento para a cidade, uma vez que se trata da segunda praça mais antiga do país, um edifício classificado, que certamente justificaria da vossa parte, enquanto eleitos da população de Setúbal, de qualquer bancada, a maior crítica se deixássemos perder a Praça Carlos Relvas em Setúbal. Diga-se em bom da verdade, não foi uma iniciativa do executivo, foi uma oportunidade que apareceu perante o risco de deixar definitivamente degradar aquela praça, porque os proprietários não têm interesse na sua manutenção.

Quantos locais de espetáculos existem para quatro mil pessoas?

É essa a questão, Senhor Deputado!

O Senhor Deputado Paulo Valdez apelidava o Fórum Luísa Todi de um elefante branco, agora já reconhece a sua valia. Foi um investimento que não permite a ninguém de boa-fé que diga, que foi inútil o que se fez e que foi inútil o dinheiro que se gastou, na maior sala de espetáculos. Setúbal não têm um pavilhão multiusos, mas também não precisa ter um pavilhão para 20 mil pessoas, não precisa de ter um Pavilhão Atlântico, mas precisa de ter para quatro mil pessoas. Serão os Senhores Deputados capaz de dizer que este município, olhando para o passado recente, não teve uma evolução ao longo dos anos no desenvolvimento turístico, no crescimento mesmo em anos da crise, na criação de emprego e em investimento efetivo?

Lembremos a Decathlon, o Alegro onde foi feito um investimento de grande dimensão, precisamente nos anos da crise, o surgimento de novos hostels, aproveitando a recuperação do edificado que se encontrava em estado de degradação.

Era bom que os Senhores Deputados reparassem nessa situação!

Uma coisa é a expansão estratégica para o oriente da cidade. Senhor Deputado temos que reconhecer que essa é a orientação estratégica de expansão da cidade desde sempre, porque não tem outro espaço como alternativa para expandir. Para norte tinha aquele espaço que nós tamponámos, que é a Várzea. Esse é o grande parque verde para a cidade, cuja obra vai começar. Sobre esse espaço ainda estive sobre acusação de ter votado contra na Câmara, enquanto vereador da oposição, a expansão de urbanização da Várzea. A expansão urbana vai desde a “Grande Nova Setúbal”, onde foram construídos novos equipamentos, tais como a Escola Profissional, o Arquivo Distrital, o Politécnico.

O que há que fazer no centro da cidade e há muito a fazer, mas muito se tem feito, está à vista a sua requalificação.

Relativamente aos equipamentos públicos temos a Casa da Baía, o Quartel do 11, o Mercado Livramento, o Bairro de Troino. Naquilo que compete ao município, que é tratar os equipamentos e espaço público, não me digam que não veem a enorme recuperação que se tem feito ao longo dos anos?

Este é um outro passo dessa recuperação. Já se provou pelo Fórum Luísa Todi, pela Casa da Cultura que há público para todos os espetáculos e espetáculos para todo o público em Setúbal. Isto devia orgulhar-vos a nós todos que somos representantes da população. Trata-se de uma evolução que é de sublinhar, porque hoje há uma grande variedade de oferta, desde os clássicos aos populares, todas as músicas, todos os espetáculos artísticos e todo o tipo de exposições.

A questão de oportunidade de negócio é assim, só há negócio de compra e venda, quando há um vendedor e um comprador.

Haverá noção de quanto custou recuperar a praça de touros de Elvas, que lhe deu um fim de multiusos, numa cidade mais pequena que Setúbal?

Évora recuperou a sua praça de touros e deu-lhe o fim de multiusos, cidade mais pequena do que Setúbal. Redondo é uma terra pequena, recuperou a sua praça de touros e fez uma utilização de multiusos.

Setúbal não precisa de ter?

Os Senhores Deputados aprovaram uma revisão do orçamento, com o reforço de verba para o INTERFACE, uma estação de terminais ferroviárias/rodoviária, que se irá localizar no espaço atrás da estação da Fertagus, que fica ao pé da praça de touros. O INTERFACE vai fazer uma recentragem em termos de serviços e funcionalidades para aquela zona. A requalificação do Bairro Batista e zona envolvente irá dar maior importância à aquisição daquele equipamento. O programa de intervenção, de uso de funcionamento e dos custos, não se vai fazer antes de resolver a aquisição e como sabem estamos a meio do último ano de mandato.

A opção é claramente um benefício para os setubalenses, que não nos perdoaria, se não o tivéssemos preservado. Disseram coisas semelhantes, quando metemos a cabeça e fomos recuperar o Convento de Jesus ou o Forte de S. Filipe. A cidade não nos perdoaria se não lhe dessemos uma utilidade nas atividades culturais e desportivas. Importa que não se perca a Praça Carlos Relvas para utilização dos setubalenses, é esse o sentido e o risco que se assume nesta aquisição.

O preço é bom! O risco é praticamente nulo! E teríamos perdão se deixássemos desaparecer aquele equipamento?

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Pretendia fazer uma pequena retificação à intervenção do Senhor Vereador. Eu nunca disse que o Fórum Luísa Todi era um elefante branco. Em relação ao Fórum Luísa Todi as minhas dúvidas estavam relacionadas com todo o processo e as suas opções. O que eu sempre fui contra, foi em relação ao investimento na Casa da Cultura e não ao Fórum Luísa Todi. Relativamente ao processo e às opções no Fórum Luísa Todi tive dúvidas, mas não à sua reabilitação ou à construção de um Fórum noutra espaço, que era a opção mais adequada. A minha total oposição foi em relação à Casa da Cultura.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, sendo 18 da CDU e 10 do PS, e 8 votos contra, sendo 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

Albérico Alho (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Bloco de Esquerda nesta assembleia, mais de uma vez apoiou a aquisição de um conjunto de bens culturais, de edificado, por parte da Câmara. Nesta assembleia também o Bloco de Esquerda tem apoiado parte da política cultural da vereação, nomeadamente na programação do Luísa Todi, na programação da Casa da Cultura, na intervenção de um conjunto de áreas, no qual foi dado um contributo e um passo muito importante em termos da político-cultural desta cidade, por isso temos mais do que legitimidade para pôr em causa esta proposta, que nos parece mal fundamentada, que nos parece não ter consistência. A verve e o entusiasmo do Senhor Vereador Manuel Pisco não foi suficiente para nos convencer. Não foram dadas respostas ao conjunto das questões que nós tínhamos levantado. Não percebemos os custos que esta iniciativa vai ter, não percebermos os espetáculos que estão previstos, não percebemos e não tivemos informações sobre um conjunto de aspetos que nos parecem muito relevantes.”*

Paulo Calado (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A nossa declaração de voto faz remissão para as duas intervenções que aqui foram feitas, aliás três, porque o Deputado Paulo Valdez falou duas vezes. A razão pela qual nós votámos contra prende-se com o facto não estar devidamente fundamentada esta proposta, porque consideramos que não se sabe exatamente para que fim é que está a ser adquirido este imóvel pela Câmara Municipal. Não temos noção daquilo que vão ser os custos futuros com essa mesma aquisição, com a sua manutenção e recuperação.*

Deixo também uma sugestão, a título pessoal, que não se utilize como no caso Fórum Luísa Todí, nenhuma Liga dos Amigos para violar a contratação pública.”

9. Deliberação n.º 15/17 – Proposta n.º 05/2017 – DOM/SMHAB – Alienação de fogos de património municipal – Fixação dos valores de venda de T1 e T2 no Bairro Afonso Costa (2.ª fase) e arredondamento dos valores de venda na Rua da Fonte Fresca, n.ºs 6 e 10, no Bairro Quinta de St.º António

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

10. Deliberação n.º 13/17 – Proposta n.º 03/2017 – DOM/SMHAB – Integração do Município de Setúbal na Associação Portuguesa de Habitação Municipal – Quota anual de 1.000,00€

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Pretendo colocar uma questão ao executivo: Qual é a verdadeira utilidade desta Associação? Uma vez que isso não vem explicado nesta proposta e eu também vou ser sincero, não tive oportunidade de procurar saber. A Associação Portuguesa de Habitação Municipal, tal como diz na proposta “é uma associação sem fins lucrativos, que visa congregar municípios e empresas municipais... tem por objetivo representar os seus associados” ou seja, são generalidades. Por essa razão era importante saber exatamente o que é que estamos a aderir, porque há muitas associações deste tipo, mesmo que tenham carácter público ou que os seus associados sejam entes públicos. Não é pelo valor, obviamente!

Qual é a utilidade e qual é o objetivo disto?

Será que significa que vai haver uma alteração da própria política da Câmara relativamente à habitação social?

Se for assim, é positivo esta adesão. Como foi referido pelo Dr. Paulo Valdez na intervenção anterior, isso tem sido uma das nossas preocupações ao longo do tempo, que haja uma efetiva recuperação do parque habitacional da Câmara, ainda mais aquele que é usufruído e que está na posse das pessoas com mais dificuldades.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Parece obvio de mais, a razão de ser desta associação. Os municípios não têm todos os mesmos problemas. Há cinco municípios no país que têm uma Companhia de Sapadores Bombeiros, logo têm um encargo e também um serviço à população que os outros municípios não têm. Os municípios que têm habitação municipal também não são todos os municípios do país e sabemos que se concentram nas periferias das grandes cidades, onde acolheram emigrantes e retornados. As zonas dos bairros sociais tanto existem no Porto, como em Lisboa ou na Amadora, na realidade existem dezenas de bairros sociais. Há vários municípios que tem um problema específico, que não é comum à generalidade dos municípios. O problema da habitação social nunca foi tratado a nível central pelos governos. Após aqueles programas que foram lançados para erradicação das barracas, o PER, desde 2001 nunca mais houve um programa público nacional de apoio à recuperação dos bairros sociais, de habitação municipal. Esta é uma função do Estado, porque está na Constituição o direito à habitação. A parte do Estado que são as autarquias, que têm responsabilidades na habitação, tem que ter meios para um enquadramento sobre essa função. Faz todo o sentido e justifica-se que esta associação possa ter uma dinâmica, que seja um interlocutor válido perante o Governo que se esquece do problema da habitação pública, que possa ser dialogante e interlocutora dos interesses do município, dos moradores na habitação municipal. Espero que esta associação possa ter um papel no sentido daquilo que acabo de referir.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

11. Deliberação n.º 54/17 – Proposta n.º 07/2017 – GAP – Constituição da Sociedade Simarsul, S.A., e subscrição do respetivo acordo parassocial

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade.

A Comissão sugere que na deliberação conste que o Município não deve subscrever o acordo parassocial enquanto se mantiverem as condicionantes referidas nos considerandos (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42).

Paulo Calado (PSD/CDS) – Estive numa Comissão em que não tivemos a presença do executivo, por isso gostaria que fosse explicada por alguém da Câmara Municipal, a razão da constituição desta sociedade e da subscrição do acordo parassocial. Lendo os considerandos da proposta, parece que não era de grande utilidade para o município de Setúbal a participação nesta mesma sociedade, como no passado já aconteceu, não tirando daí nenhuma utilidade para o município.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta, independentemente depois de outros considerandos e de outras opiniões, a bancada da CDU gostaria de apresentar uma proposta de alteração a esta deliberação, alterando pequenos aspetos que são de pormenor de texto, nada de extraordinário, algumas precisões, tal como acontece no ponto dois onde se diz: “*As Águas de Portugal eram participantes maioritárias na empresa detentora*”. Na verdade, ela era mesmo detentora da totalidade da “Aquapor” e essa sim, era uma empresa que tinha a maioria do capital social das Águas do Sado.

Há uma questão que nos parece relevante no ponto sexto, que se prende com: “*o não ser a deliberação a questionar esta ponderação da nulidade*”. Podem existir regimes distintos nesta

ponderação e é essencial não compreender o fundamento para a insistência numa situação de dupla concessão.

Pedi que este conjunto de propostas de alteração pudesse ser distribuído e assinalado de forma a perceber-se o que é que são introduções e alterações ao documento.

Quando se diz no ponto sétimo que: *“não apresenta nem na atualidade nem no futuro nenhuma conexão económica e financeira minimamente relevante”*, parece-me excessivo, tendo em conta que há uma conexão financeira, que é a realização do capital social e por isso propúnhamos que esta frase terminasse: *“com o qual o concelho de Setúbal está impedido de celebrar contratos recolha enquanto se verificar uma situação de dupla concessão.”*

Presidente da Mesa – A proposta é muito extensa e um pouco complexa, por isso vou interromper a sessão durante cinco minutos, para que os serviços possam tirar as cópias e distribuir pelos Senhores Deputados, assim será mais fácil compreender a explicação.

A sessão foi interrompida por 5 minutos.

Presidente da Mesa – Vamos retomar os trabalhos senhores deputados.

Como vêm a proposta é relativamente extensa, portanto, é uma proposta de substituição, embora tenha diversas emendas ao texto, praticamente é uma substituição.

Sendo uma proposta de substituição tem prioridade na votação sobre a proposta base. Iremos pôr a votação a proposta de substituição e se for aprovada prejudica automaticamente os pontos da proposta base (cujo documento se encontra arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54), depois pomos a proposta base a votação, mas se não for aprovada, então será a proposta base unicamente posta a votação.

Aceitamos inscrições para a discussão deste ponto da ordem de trabalhos relativamente às duas propostas existentes. Senhor Deputado João Afonso.

João Afonso Luz (CDU) – Se me é permitido, apenas para esclarecer o que me parece ser o fundamental da proposta de alteração e aquilo que é mais significativo na minha opinião.

Prende-se com o ponto nono, neste caso, com a redefinição da numeração que é entender que o Município de Setúbal não deve ser ressarcido apenas por aquilo que é o valor do capital social da participação, tal como estava colocado, mas que deve ser compensado pela realização do capital social e pela ausência de realização de investimentos previstos no concelho durante este período de concessão em que nada foi feito, tal como estava previsto.

Na componente deliberativa colocar que, para além do Município de Setúbal, o próprio sistema seja compensado por uma questão da qual não tem responsabilidade que é a não celebração do contrato de recolha com o Município de Setúbal e os graves prejuízos que daí decorrem para o próprio sistema e para os restantes municípios.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Procurando corresponder às solicitações, explicar que a câmara apresentou à assembleia uma proposta que foi aprovada por unanimidade na câmara.

O Sr. Deputado Paulo Calado tinha pedido algumas explicações e agora não vai ter oportunidade.

A questão parece que está suficientemente clara e é o que está explícito nos considerandos. Sabemos todos, grosso modo, que em 2004 foi constituído um sistema multimunicipal para o tratamento do saneamento em alta, que foi a Sociedade SIMARSUL. Nessa altura o Município de Setúbal tinha uma concessão e toda a atividade dos Serviços Municipalizados de Setúbal, captação e distribuição de água, saneamento em alta e em baixa, estavam no contrato

concessionado a uma empresa e o detentor dessa empresa era uma entidade pública, a Aquapor, que era detida a 100% pelas Águas de Portugal.

Como a entidade adjudicante é o Estado para essas concessões, o que ficou na altura acordado era que isto seria resolvido dentro do sistema das Águas de Portugal, a dupla concessão que por decreto Setúbal integrava a SIMARSUL, o sistema multimunicipal e realizou a quota do seu capital social, mas tinha que se resolver a questão da concessão que já havia antes com a Águas do Sado.

Isso ficou por resolver e o prazo era 2008.

O que aconteceu em 2008 foi que em vez de se ter resolvido a questão da dupla concessão formalmente, com a integração do sistema SIMARSUL do Município de Setúbal para o saneamento em alta, em vez disso a AQUAPOR foi vendida, deixou de ser maioritariamente pública.

Criou-se depois uma barreira à questão do resgate parcial, que era o que se prefigurava, na parte do saneamento em alta da concessão da Águas do Sado. Esse problema durou durante todo o tempo da existência da SIMARSUL sem nunca ter sido resolvido.

O que o Deputado João Afonso refere, é que houve prejuízo não só para o Município de Setúbal, que estava elencado num conjunto de investimentos que deveriam ser feitos pelo sistema, mas também os outros municípios ficaram todo o tempo prejudicados pela falta dos consumidores, o que também causa um desequilíbrio financeiro ao sistema.

O executivo entendeu unanimemente nesta deliberação.

No momento em que se está a operar a reversão da anterior SIMARSUL, no Governo anterior foi integrada num supersistema multimunicipal agregando vários, mas nunca chegou a operar em pleno, por ser um sistema que todos os municípios se opuseram, ao que o Governo fez tábua rasa, rasgou os acordos sociais que havia e fez a integração completa. Agora trata-se de reverter os sistemas com a dimensão que eles tinham.

O Município de Setúbal, como justificou, atravessou todo o período da existência da SIMARSUL com este problema pendente, com prejuízo para o município e para o sistema, e entendeu que não devemos ficar neste momento sem tomar uma posição política perante quem decide, perante o Governo para ajuda-lo a tomar uma decisão de que reponha a SIMARSUL sem o desequilíbrio financeiro pela falta do Município de Setúbal.

Esta questão tem que ser resolvida, porque passar ao lado da questão é estar a permitir que a reconstituição da SIMARSUL volte a acumular défices tarifários que mais cedo ou mais tarde as populações vão pagar. É isso que queremos evitar com sentido de responsabilidade, que os autarcas que estão com o problema nas mãos devem assumir.

Por isso esta tomada de posição que se transmitiu, a versão que foi aprovada por unanimidade ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, a quem, naturalmente, se solicitou que tratasse disto, que resolvesse como é que se há de equilibrar o sistema que agora está a ser aqui objeto de novas propostas de alteração que no essencial da parte deliberativa que este acréscimo que está aqui a ser proposto já estava mencionado em posições comuns de todos os municípios do sistema. São todos da Península de Setúbal, exceto Almada, que tem uns serviços municipalizados que por gestão direta mantém fora do sistema. Setúbal tem este problema que não devia arrastar sem saber como sair dele, sobretudo se o sair dele é saber quais são os custos sociais que o acumular de um défice tarifário vai gerar à saída de 2023. Isso deveria ficar resolvido agora, é o momento próprio para resolver, daí que se proponha esta duração.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Antes tenho que confessar uma coisa, nós na Comissão não tivemos hipótese de ter alguém do executivo municipal, mas tivemos oportunidade de ouvir o Deputado João Luz, que não pertence à Comissão, mas numa conversa mais informal e num espírito crítico, de crítica construtiva, esclareceu-nos o que era o ponto de vista dele e que está plasmado nesta alteração.

Há aqui uma coisa que continua, pelo menos para mim, a ser um pouco confuso. Se formos ver o que é o assunto da proposta, ele refere-se à constituição da Sociedade SIMARSUL, SA, bem como à subscrição do respetivo acordo parassocial, que não está aqui curiosamente, é proposto e não está cá. Depois o que é a proposta de deliberação não é o que aqui está, já não estava antes e continua a não estar agora com esta alteração.

Por outro lado, fazendo agora um parêntese, nós consideramos que há aqui uma alteração que é realmente substancial com esta proposta do Deputado João Luz e não sei até que ponto não é um entendimento jurídico ou formal, mas talvez mais político, e se a própria câmara não deveria pensar em retirar esta proposta. Votá-la com este texto que foi proposto pelo Deputado João Luz, se de facto o acolhe e depois vir aqui à Assembleia.

No entanto, mesmo que assim seja, acho que deve ser ponderado pelo município o que é que se pretende, porque eu diria que nesta proposta há aqui uma componente que poderia fazer parte de uma moção, de uma proposta, da discussão desta questão do ressarcimento do próprio município relativamente àquilo que se passou na sua relação com os Governos e com a legislação e no fundo com a questão societária. Mas depois não está cá proposto que o Município de Setúbal participe no capital desta sociedade, que subscreva o acordo social. Não está cá proposto. Ficamos um bocadinho na mesma sobre qual é a intenção desta proposta, se é para o município ter capacidade reivindicativa, de contestação, como os senhores gostam tanto de dizer, ou de negociação com o Governo ou com os outros acionistas, que também são municípios e com o próprio Governo. Não se percebe bem.

Esta proposta continua a ser confusa, continua a ser contraditória com os considerandos, com aquilo que é proposto. Não sei se não seria de ponderar retirá-la, o executivo ponderar exatamente o que pretende e deixar, se calhar, alguma desta parte que está aqui para uma moção da CDU, talvez acompanhada pelo PS, que agora está sempre fielmente a acompanhar as votações da CDU.

Piadas à parte, talvez fosse de ponderar, porque na parte deliberativa nós não estamos a tomar essa posição que é supostamente aquela que é aqui proposta ou que nos deveria ser aqui trazida, e que, no fundo, serve em termos de competência, que tem utilidade e que tem por finalidade ser deliberado pela Assembleia Municipal.

João Afonso Luz (CDU) – Tentando ajudar ao esclarecimento, dentro de uma maneira que é bastante confusa só por si, o próprio enquadramento legal desta matéria não é propriamente o mais simples.

O que acontece é que quando Setúbal, em 2003, aprova nos seus órgãos a integração no sistema e consequentemente na sociedade que o vai gerir, Setúbal abdica da sua capacidade de decisão sobre uma componente da gestão do saneamento em alta, neste caso. Ao fazê-lo integram o sistema multimunicipal e nestes temas depois podemos ter a nossa opinião concreta sobre este enquadramento legal que nos parece ter aqui alguns aspetos de difícil compreensão. Da mesma forma que com a extinção da SIMARSUL e criação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo por agregação de um conjunto de sistemas, no qual se inseria a SIMARSUL, os municípios, independentemente das suas opiniões e dos pareceres que deram, e as suas posições não tiveram nenhuma consequência, porque não são entendidas como vinculativas sobre a sua própria participação social. Os municípios da região de Setúbal que

integram a SIMARSUL, todos eles sem exceção, votaram contra em sede de assembleia geral da empresa e depois no conjunto dos órgãos municipais aprovaram deliberações rejeitando o caminho da agregação que foi imposto. Neste momento o que se passa é a cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a reversão para uma situação prévia que existia.

Também aqui, do ponto de vista legal, o que é o entendimento do próprio Estado e do próprio Governo é que, ouvindo os municípios e querendo ter a recolha das suas opiniões, quer sobre a participação societária, quer sobre o próprio acordo parassocial, não é vinculativa. A única coisa que acaba por estar aqui na disponibilidade do município é saber se está disponível ou não para assinar um acordo parassocial que vale entre os sócios, apenas isso. É um acordo sobre o funcionamento interno da sociedade, não é um acordo com qualquer efeito externo e vale apenas isso.

Pessoalmente percebo o que está aqui colocado e qual é o sentido deste último considerando e até penso que este considerando pode ser contraproducente em relação àquilo que o município requer. Imagine-se que, no quadro da discussão futura, a sociedade é constituída, independentemente da vontade dos municípios. Imagine-se que no quadro da própria negociação entre o município, o Governo e a Águas de Portugal se chega à conclusão que a melhor maneira e a mais fácil de Setúbal proteger os seus interesses é estando e participando na vida social da empresa. Estando na assembleia geral, deliberando enquanto sócio e na relação com os outros. Nesse momento, acho que Setúbal pode ter exatamente o interesse contrário ao de subscrever o acordo parassocial e estar presente na vida social da empresa.

O que percebo e julgo que se enquadra perfeitamente, quer no que foi a deliberação de câmara, quer o que são as próprias competências da Assembleia no sentido de a alterar, acho que o fundamental, como o que está aqui colocado na componente deliberativa, por um lado é não obstaculizar a criação do documento, mas exigir que o município seja compensado por um conjunto de falhas. Falhas essas que não têm responsabilidade do município e que custam uns largos milhares, para não dizer milhões, às populações quer do concelho de Setúbal, quer do resto da região.

Parece-me que este é o caminho que poderá defender Setúbal num contexto de discussão a seguir à constituição do sistema e que permitirá a Setúbal no quadro das relações, quer com o Governo, quer com o sistema, quer com a Águas de Portugal, fazer valer os seus direitos num quadro em que não é admissível, por via de uma dupla concessão pré-existente a todo este processo, que continue a ser prejudicado.

Vitor Ferreira (PS) – Correndo o risco de provocar uma forte emoção ou um arrepio na espinha da bancada do PSD/CDS-PP, nós estamos preparados para votar favoravelmente, inclusivamente as alterações.

Reconheço que havendo tanta substância na proposta, tanta alteração no seu conteúdo, nos sentiríamos mais confortáveis se realmente, seguindo também o que o Deputado Paulo Calado disse, houvesse uma retirada, ela fosse de novo ao executivo para existir nova discussão.

Insisto que, nos parecia melhor, ficávamos mais confortáveis, mas a bancada está preparada para votar favoravelmente as alterações.

Parece-nos mais curial no que é o respeitinho institucional entre os órgãos, embora tenhamos competência para tal e que naturalmente não ponho em causa.

Vereador Manuel Pisco Lopes – A questão pode ser complexa de entender em pormenor, mas no geral é simples de entender.

Há um município que tem uma participação social que pagou as suas quotas e vê-se na situação de nunca mais poder dispor do seu capital social e de não ter beneficiado nunca da

atividade dessa empresa. Daí estar expressões a justificar que sem a função não é legítimo. Isso entende-se.

O que parece confuso na deliberação é que não há nenhuma oposição à constituição dos sistemas multimunicipais com esta dimensão da SIMARSUL. Não podemos é perpetuar o problema da falta de efetiva integração no sistema do Município de Setúbal com os prejuízos que isso pode acarretar no futuro, quer aos municípios de Setúbal, quer aos municípios dos outros concelhos.

O momento é agora, não há outro. É a questão das oportunidades, porque agora é que está a terminar a fase de reconstituição e a serem publicados os diplomas. Alguns já foram publicados, já saíram no Diário da República, outros estão agora a ser publicados.

Até ao momento da discussão é necessária uma posição dos órgãos do município e sinceramente acho que é o preferível.

O executivo pronunciou-se, tomou uma deliberação, o sentido fundamental não está aqui muito alterado, está cá colocada a questão, mas os órgãos do executivo e da assembleia deviam agora, porque é agora que faz sentido, tomar uma posição que exija a correção deste problema, senão perdemos todos e andamos nós ainda entretidos com os pormenores. Os pormenores aqui são somente para explicar uma questão do momento político.

Os estudos estão feitos e estão a ser publicados os diplomas caso a caso. Se não nos pronunciarmos agora perdemos a oportunidade e de alguma forma a força política de debate, de interrupção com a administração e com o Governo para não esquecer o assunto de vez.

Agora perpetuar uma situação em que somos virtualmente integrados, o capital social deste município, 3.100 mil euros, coisa assim do género. Mas não é essa a questão de fundo, transitou sem autorização do município, da SIMARSUL para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Transitou sem a autorização do município, sem a concordância das suas condições.

O município não tem vontade própria? Tem que subscrever o acordo parassocial sim! Peça-lhe desculpa pela correção.

Não são meras questões internas do acordo parassocial, tem questões de fundo e políticas, nomeadamente a condição de não deixar criar uma situação de maioria privada. Está no acordo parassocial, tal como estava no anterior, o Governo esqueceu, alterou o quadro legal, não respeitou, mas estão as quotas de garantia para que da parte dos municípios seja assegurada a maioria da participação.

O Município de Setúbal tem participação efetiva ou não pode ter nestas condições dúbias agora que o processo está a ser concluído. A importância da deliberação no momento era agora, sendo preferível, ao que me parece, a assembleia fazer as retificações que entender, porque é soberana, mas que a posição seja tomada agora.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Julgo que entendemos a posição do município, não é essa a questão, a questão é que não está, cá como referi há pouco, a minuta do acordo parassocial, não sabemos qual é o conteúdo. Por outro lado, conforme dizia o considerando onze, que agora é dez, *“Considera-se, portanto que o Município de Setúbal não deve subscrever, enquanto se mantiverem as condicionantes atrás referidas, o Acordo Parassocial proposto”*. Isso não está na parte deliberativa, está nos considerandos.

É aí que quero chegar, ou seja, aquilo que é a deliberação que temos que tomar aqui e que o município tomou, tem uma alínea nova que reforça a alínea b) que já existia, aliás, a alínea a) é equívoca, porque diz *“Não obstaculizar a criação.”* Não diz que se deve criar, diz que não obstaculiza. Mas isto não é uma moção.

Não se entende que mandato é que está a ser conferido à pessoa ou às pessoas que representarem o município na Assembleia Constitutiva. Faço-me entender? É aí que quero

chegar, é uma questão, é um preciosismo se calhar, mas o alerta foi dado e os senhores é que sabem.

Pela nossa parte, suscita-nos muitas dúvidas, porque é mais programático, é um conjunto de intenções. Não acredito que precisem deste documento para negociar, para fazer pressão. Se é para dar um mandato jurídico, acho que este texto não é o mais indicado, não o recomendaria. É mais político, por isso é que não entendo muito bem se ao ser político se é preciso ir à Assembleia.

Albérico Alho (BE) – No nosso ponto de vista a proposta do João Luz é mais clarificadora, é mais prudente e acautela os interesses da câmara. Neste sentido naturalmente que a subscrevemos.

Também consideramos que, se não houver aspetos de natureza temporal, de imposição temporal, podia ser mais benéfico regressar ao executivo, no entanto estamos disponíveis, naturalmente, para a apoiar e para aprovar a proposta apresentada.

João Afonso Luz (CDU) – Julgo que o Sr. Vereador já colocou a questão e estas matérias e a criação da SIMARSUL já foi aprovada em sede de Conselho de Ministros e este é o momento para a assembleia se poder pronunciar sobre isto a tempo de ainda discutir esta matéria com o Estado Português. É agora o momento.

Presidente da Mesa – Senhores deputados a mesa esteve a ler com atenção a proposta apresentada e é mesmo uma proposta de substituição, ela substitui integralmente a outra, isto significa que não necessitamos de duas votações, vamos apenas votar a proposta de substituição. Se for aprovada, o assunto fica resolvido, se for reprovada então é que voltaremos à proposta base e com isto ganhamos logo uma votação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, sendo 18 da CDU, 10 do PS e 3 do BE, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

12. Deliberação n.º 32/17 – Proposta n.º 10/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concessão do Direito de Exploração do Bar do Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Presidente da Mesa – Não havendo nenhuma intervenção, aproveito para dizer aos Srs. Deputados que passem pelo Museu do Trabalho. A obra já vai muito adiantada e por enquanto tem assim um aspeto estranho, mas se virem com atenção a proposta entregue pela câmara compreende-se o que se vai lá fazer. Por enquanto parece assim uma jaula de uns animais, mas esta estrutura metálica é da futura esplanada.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

13. Deliberação n.º 18/17 - Proposta n.º 01/2017 – GAVMP – Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Energia Sustentável de Setúbal – PAESS

Vereador Manuel Pisco Lopes – Este Plano de Ação para a Energia Sustentável é um documento com medidas concretas e com previsões de alteração em termos de eficiência energética, que é obrigatório recorrendo do Pacto de Autarcas, que nós votámos também aqui na assembleia, que é a organização europeia dos municípios que querem fazer modificações nos consumos de energia para se tornarem mais eficientes e obrigam a determinadas medidas. Há um mecanismo com medidas concretas, com planificação, com instrumentos de compromisso e que este Pacto de Ação para a Energia Sustentável é importante. Gostava de vos dar aqui uma pequena informação que faz parte destas medidas, e que recebi há umas duas ou três horas, o primeiro relatório de monitorização e verificação em relação à substituição das lâmpadas leds, o qual é feito pela EDP.

Já tínhamos feito nas primeiras intervenções um primeiro cálculo, também com as intervenções da rede viária com rotundas numa redução de 14 mil toneladas de carbono por ano, só na substituição das lâmpadas led temos aqui uma redução de 275.159 kw por ano, com a redução de custos de 44.961. Isto só nos leds.

O Plano de Ação para a Energia Sustentável é o conjunto das intervenções que os municípios se comprometem fazer com o investimento, mas que tem um retorno normalmente muito rápido.

Esta é a parte formal do conteúdo do Pacto de Autarcas que vai agora também, porque tem que ser aprovado pelos órgãos municipais, ser remetido à entidade em Bruxelas que está a coordenar o Pacto de Autarcas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

14. Deliberação n.º 42/17 – Proposta n.º 13/2017 – DCED/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.


Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e oito de abril e quatro de maio, de dois mil e dezassete, contém sessenta e oito folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

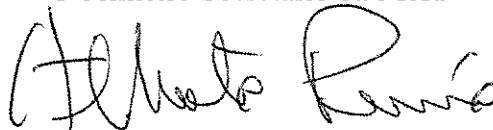
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era vinte e três horas e vinte e três minutos do dia três de março, de dois mil e dezassete.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa